

**Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**

**Exame Nacional de Cursos
Relatório-Síntese**

Resumo Técnico

Brasília, 2002

Sumário

Capítulo 1 do Relatório Síntese	4
Os relatórios	16
Resultados 2002	18
Conceitos	23
Cursos	26
Participantes	34
Médias gerais	48

O Exame Nacional de Cursos

O Exame Nacional de Cursos – ENC, realizado pela sétima vez em 2002, sob a responsabilidade da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior – Daes, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep – foi concebido para avaliar o ensino de graduação ministrado pelas Instituições de Educação Superior – IES, tendo como objetivo maior contribuir para a melhoria da sua qualidade.

A avaliação no ENC é viabilizada por meio da aplicação de provas escritas aos concluintes de cursos de graduação, na modalidade de avaliação em larga escala. O foco da avaliação é o curso e não os graduandos, que, por meio do desempenho que demonstram nas provas, fornecem indicadores essenciais da qualidade da sua formação acadêmica. Tal procedimento torna o mecanismo atual de avaliação diferente de todos os demais que já foram acionados no âmbito da educação superior.

As práticas avaliativas estão referidas a concepções educativas e objetivos, fazendo-se necessário delinear pressuposições básicas de concepção de avaliação educacional que permeiam os objetivos e as ações do ENC.

Nesta seção apresenta-se uma descrição sucinta do Sistema de Avaliação da Educação Superior, no qual está inserido o Exame Nacional de Cursos, e, em seguida, a partir de bases teóricas e metodológicas desta avaliação, as orientações metodológicas do Exame.

Ressalte-se que a concepção do ENC deve ser entendida em sua relação com o Sistema de Avaliação da Educação Superior e o conjunto dos aspectos que o compõem – em sua globalidade – considerando as especificidades metodológicas e técnicas que se relacionam com o sistema como um todo e que assim devem ser interpretadas. É fundamental conhecer esses aspectos e particularidades, na sua essência e em seu todo organizador, para a plena compreensão dos propósitos e concepção desse mecanismo de avaliação.

1. O Sistema de Avaliação da Educação Superior

Há mais de duas décadas, o tema avaliação está presente nas discussões sobre a educação superior brasileira, em função, especialmente, da expansão quantitativa que se deu, nos anos 70, de instituições, de cursos de graduação e do alunado, nessa modalidade de ensino. Era premente que medidas fossem implementadas em relação à qualidade, diante da situação que se colocava, acentuada pela demanda social por maior oferta de ensino superior.

Esgotada a grande demanda dos anos 70 – o sistema da educação superior teve o seu crescimento contido ao longo da década de 80 e início dos anos 90 –, presenciou-se, nos últimos dez anos, um novo ímpeto de expansão dos cursos de graduação.

As profundas transformações econômicas e sociais que se configuram no cenário mundial trazem novas questões para a educação. Em especial, em nível de graduação, o desenvolvimento social exige mais que o profissional tecnicamente competente em sua área de atuação específica: requer um profissional com formação humanística e crítica, comprometido com os valores éticos coletivos; consciência solidária dos problemas do seu tempo e de seu espaço, para atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; conhecimentos e habilidades básicas indispensáveis para o enfrentamento das

mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas ou inerentes ao dinamismo do mundo do trabalho; e compreensão da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade e da promoção da qualidade de vida da população. Este nível de ensino deve ser responsável pela formação de recursos humanos, para atuar como agentes da transformação social, e para a promoção do desenvolvimento econômico com equidade social, isto é, de forma a permitir o acesso democrático aos benefícios do crescimento.

O quadro de expansão do ensino superior e os novos desafios colocados para a sociedade e a economia brasileira impõem a revisão da política educacional, alinhada à consolidação de uma sociedade democrática e mais justa. Sem dúvida, a expansão quantitativa requer o investimento de mais esforços na melhoria da qualidade do ensino superior.

A Constituição Federal (1988) determina que compete aos órgãos de governo a garantia de padrão de qualidade do ensino e a sua avaliação (Art. 206 e 209). Entendendo que a avaliação é um caminho para responder à exigência de padrões de qualidade, tornou-se necessário estabelecer uma política e definir ações concretas para a consolidação do processo.

O ano de 1995 constituiu importante marco na história da educação superior brasileira, em nível de graduação, pois, nessa ocasião, foram concretizadas as primeiras ações no sentido da implantação, nesse grau de ensino, de uma cultura de avaliação, até então inexistente.

Os primeiros passos nesse sentido foram dados com a criação do ENC, pela Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995.

A partir da promulgação dessa Lei, tornou-se obrigatória a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de graduação pelo Conselho Nacional de Educação que, para deliberar a esse respeito, deve considerar os resultados de avaliações que incluem um exame nacional a que se devem submeter todos os concluintes dos referidos cursos. Tais determinações foram ratificadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu Art. 9º, atribui à União a incumbência de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, ...”, bem como a de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”.

Considerando que a avaliação dos cursos de graduação era de extrema relevância, mas que não se devia dar prioridade somente ao processo de ensino-aprendizagem e, sim, abranger, também, outros aspectos da educação superior, foi editado, em 10 de outubro de 1996, o Decreto nº 2026. Esse Decreto regulava o processo avaliativo dos cursos superiores de graduação, abrangendo a verificação não só dos conteúdos aprendidos e das habilidades desenvolvidas pelos seus formandos, mas também das condições de ensino ofertadas pelos cursos, ou seja, corpo docente, projeto pedagógico, infra-estrutura, entre outros, com base em informações recolhidas *in loco* nas IES.

Assim, até o final de 2000, paralelamente ao ENC, a Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC – levava a efeito a avaliação das condições de oferta do ensino daqueles mesmos cursos abrangidos pelo ENC.

Dessa forma, configurou-se o Sistema de Avaliação da Educação Superior que, ao longo desses sete anos de implantação e de incessante busca de aprimoramento, vem desenvolvendo e agregando vários outros instrumentos de avaliação com o intuito de fornecer dados mais acurados sobre todos os aspectos desse nível de ensino.

Regulamentado atualmente pelo Decreto nº 3860, de 9 de julho de 2001, o qual atribui ao Inep toda a responsabilidade pela organização e execução da avaliação de cursos e IES, esse Sistema abrange:

- a) Censo da Educação Superior, que se realiza anualmente e envolve todos os cursos e IES do País;
- b) Exame Nacional de Cursos, que se realiza anualmente, destinando-se a todos os concluintes dos cursos de graduação que forem sendo incorporados ao processo a cada ano;
- c) Avaliação periódica das Condições de Ensino, que se realiza a cada quatro anos e focaliza as dimensões *organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações* dos cursos submetidos ao ENC;
- d) Avaliação para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, que se realiza sempre que necessário e tem as mesmas características da Avaliação das Condições de Ensino;
- e) Avaliação Institucional, que focaliza, no âmbito organizacional, as dimensões *organização institucional, corpo docente e instalações*, para fins de credenciamento ou renovação de credenciamento das IES.

Esse Sistema tem como objetivos:

- Orientar a formulação e o monitoramento de políticas direcionadas à promoção da equidade e à melhoria da qualidade da educação superior, visando às necessidades sociais;
- Estimular a melhoria das instituições educacionais, assegurando a sua autonomia na produção de conhecimentos e a liberdade ideológica e política na concepção e desenvolvimento de suas propostas de ensino e pesquisa;
- Subsidiar diagnósticos sobre a realidade educacional;
- Possibilitar à sociedade em geral o conhecimento da qualidade da educação ministrada nos cursos de graduação do País;
- Assegurar a transparência das informações, disseminando resultados e prestando contas à sociedade em geral, a partir de critérios educacionais, formulados com a participação da comunidade acadêmica;
- Substituir processos burocráticos de controle por indicadores de desempenho.

O Sistema de Avaliação da Educação Superior constitui hoje o mais amplo projeto de avaliação já delineado para esse segmento de ensino, pois busca não somente diagnosticar a qualidade e a eficiência dos cursos de graduação, mas também fundamentar as políticas educacionais em todos os âmbitos e informar à comunidade o *status quo* da educação superior no Brasil, a fim de tornar-se um agente modificador e um instrumento indutor de qualidade nos cursos de graduação.

Pode-se afirmar que, desde a sua implantação, esse sistema gerou importante mobilização e tem contribuído para desencadear significativas reformulações nas IES e em seus respectivos cursos de graduação, tanto em termos de sua estrutura como da qualidade da formação que oferecem.

2. Exame Nacional de Cursos

A avaliação dos cursos de graduação teve início em 1996, quando o primeiro ENC foi aplicado aos alunos concluintes de apenas três áreas: Administração, Direito e Engenharia Civil. Desde então, vêm sendo paulatinamente

incluídas nesse processo outras áreas, chegando-se, em 2002, a abranger 24 áreas distintas, a saber: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

3. A proposta de avaliação do ENC

A avaliação, no ENC, é entendida como um processo que visa a levantar e fornecer aos cursos dados e informações, cuja análise permita-lhes detectar seus pontos de excelência e eventuais problemas, planejar a melhoria e a correção de rumos, e superar deficiências no ensino da graduação, de modo a elevar seu padrão de qualidade e oferecer a seus alunos uma melhor formação.

A proposta de avaliação que sustenta as ações do ENC é associada à modalidade de avaliação em larga escala, com as características e especificidades dessa modalidade de avaliação, no que tange à aplicação e construção dos instrumentos – provas e questionários.

O ENC se orienta, nestes aspectos, conforme essa modalidade de avaliação, em função da sua abrangência: trata-se de um exame nacional e que envolve a aplicação de provas para o universo dos alunos concluintes dos cursos que estão sendo avaliados. No ENC/2002, foram aplicadas provas em 627 municípios, em todas as unidades federadas, para um total de 361.561 graduandos, ou seja, cerca de 90% de todos os graduandos do País, provenientes de 5.031 cursos de 24 áreas.

Os cursos de graduação são o objeto da avaliação, que no ENC se faz por intermédio da verificação do desempenho dos alunos. É oportuno lembrar que o ENC é um dos procedimentos de avaliação periódica do ensino de graduação. A Avaliação das Condições de Ensino, outro desses procedimentos, cobre diferentes dimensões dos cursos de graduação.

O ENC utiliza o resultado de final do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido ao longo da graduação para a avaliação dos cursos. Portanto, diferentemente de outras avaliações em larga escala, não visa à classificação e seleção dos examinandos. Como processo de avaliação, embora utilize os resultados de desempenho de graduandos, isto é, de alunos em final de curso, não tem característica somativa como as avaliações massivas em geral, visto que esse resultado tem por objetivo a avaliação do curso.

Posto que o foco é o curso e não o aluno, entenda-se que o ENC pretende ter o caráter de avaliação formativa em relação aos cursos. Estes podem beneficiar-se pela possibilidade de, com base na interpretação da série histórica dos resultados e das informações oferecidas, rever e discutir o projeto pedagógico, seus objetivos, os procedimentos de ensino e avaliação adotados, o tipo de formação que seus alunos estão recebendo, etc.

A partir da análise dos resultados oferecidos pelo ENC (informações e dados – quantitativos e qualitativos – sobre o desempenho dos seus graduandos em relação às habilidades e conteúdos aferidos nas provas e sobre as respostas ao questionário-pesquisa) e considerando todo o processo da avaliação e o contexto do curso em que se deu essa avaliação, dirigentes e corpo docente têm elementos para tomar decisões mais seguras, visando ao aperfeiçoamento da sua prática educativa e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade do ensino.

Está na base do ENC, portanto, a função diagnóstica da avaliação, ao proporcionar um levantamento da realidade do ensino no que tange à situação dos graduandos quanto às habilidades e conteúdos avaliados. Nessa perspectiva, o Inep coloca à disposição dos cursos avaliados e da comunidade acadêmica todos os dados e informações recolhidos anualmente, por meio do ENC, exceto o desempenho individual dos graduandos identificados, que é sigiloso, sendo fornecido somente ao próprio graduando.

O processo de avaliação, tal como idealizado, e sua abrangência determinam especificações na elaboração de seus instrumentos. A busca de diferenciais entre os diversos cursos de determinada área, o processo envolvido na elaboração de tabelas de especificação (habilidades e conteúdos) e os procedimentos que levam à interpretação dos resultados conduzem à adoção de avaliação com referência à norma – forma de avaliação mais apropriada nessa situação –, que, diferentemente da avaliação com referência a critério, não pressupõe resultados especificados a serem atingidos – padrões mínimos de desempenho.

Assim sendo, nesta avaliação, a interpretação dos resultados é feita em relação ao desempenho global, sem definir valores a serem atingidos. Os resultados não podem ter, portanto, interpretação diferente da comparação entre desempenhos de indivíduos, em relação à população submetida àquela avaliação específica. A comparação é possível desde que haja uniformidade nos procedimentos adotados na realização da avaliação em todas as suas etapas, dentre as quais a concepção, divulgação, aplicação e correção, como é o caso do ENC.

Cabe destacar que a construção dos instrumentos, a coleta e o tratamento dos dados e informações, bem como sua organização e sistematização, e a comunicação dos resultados aos envolvidos são realizados com rigor metodológico, que garanta a confiabilidade do processo.

O ENC conta com a participação significativa e relevante de todos os que são envolvidos no processo de construção da avaliação, em especial da comunidade acadêmica: Comissões de Avaliação de Cursos, Coordenadores de Curso, Associações de Ensino, Associações Científicas, Conselhos Profissionais, professores em geral e graduandos. Os detalhes metodológicos dessa participação estão descritos na próxima seção.

Entende-se a estimativa no ENC como um processo de construção, fruto de reflexão dos participantes, em diversos momentos do processo: em jornadas de trabalho das Comissões de Avaliação de Curso, quando estabelecem as diretrizes do Exame, avaliam as provas, discutem os resultados, apresentam sugestões para o aperfeiçoamento do processo; nos seminários e outros eventos, quando os coordenadores e dirigentes de curso e professores e alunos participantes questionam o ENC, compartilham as ações desenvolvidas no processo educativo, decorrentes da avaliação, sugerem melhorias para as diretrizes do Exame e para o sistema em seu todo.

A respeito, vale ressaltar que as Comissões de Avaliação de Curso estabelecem as diretrizes do Exame, que são anualmente aperfeiçoadas. Nota-se, ao longo das sete edições do ENC, que as diretrizes, bem como os instrumentos, são entendidas como estando em processo de construção permanente; e não como algo pronto e acabado. A sua construção acontece com a reflexão em cada Comissão, quanto à necessidade de mudança e de aperfeiçoamento analisada pela própria Comissão e levando em conta os subsídios da comunidade acadêmica e profissional da respectiva área.

Nas diretrizes de cada área do ENC são apresentados os objetivos do Exame, o perfil que se espera do graduando, as competências e habilidades e os conteúdos a serem aferidos e o formato da prova. A análise dessas diretrizes deixa claro que os objetivos do Exame estão relacionados com a melhoria da qualidade dos cursos e visam, sobretudo, aos interesses da sociedade. Em todas as áreas, além da competência técnica, as diretrizes apontam a expectativa de que profissionais formados com aqueles perfis, dominando aquelas habilidades e aqueles conhecimentos, estariam aptos para, em sua atuação futura, contribuir na melhoria das condições de vida da sociedade. Na descrição dos perfis, percebe-se a preocupação com a formação do cidadão, ao lado do profissional que tenha consciência de seu papel como agente social, agente que deve ser capaz de atuar na transformação do seu meio.

O ciclo do processo de avaliação do ENC se completa – e ao mesmo tempo reinicia – com a interpretação, reflexão e análise dos resultados, e a avaliação de instrumentos e de cada etapa do processo, pelos seus principais destinatários: os cursos de graduação, a comunidade acadêmica, a sociedade em geral e o MEC.

O impacto da avaliação alcançará maior extensão – tendo efeito pedagógico no ensino da graduação e produzindo transformações no sentido educacional e social – quanto mais ampla a compreensão do processo, com as articulações que o envolvem, e a percepção da globalidade desta avaliação.

4. Orientações metodológicas e operacionalização do ENC

Avaliação não se restringe a aspectos metodológicos e técnicos e, por extensão, a medida e a estatística servem como ferramentas do processo avaliativo. Estes aspectos são definidos e devem ser interpretados em relação à concepção de avaliação educacional, aos objetivos e à proposta do ENC.

O desenho da avaliação em larga escala exige procedimentos não usuais em avaliação escolar, relacionados com os aspectos acadêmico, operacional e logístico. Dentre as especificidades da avaliação em larga escala no ENC, citam-se: dimensão das habilidades avaliadas (cognitivas), base mínima dos conteúdos (universais), formato da prova, instrumento único (prova escrita), metodologia e recursos específicos para a correção das provas, distribuição dos graduandos nas salas, aplicação simultânea em todo o País (todas as áreas, na mesma data e horário), tempo mínimo de permanência na sala, e momento e meio de divulgação dos resultados.

Com a participação crítica da comunidade acadêmica em todas as etapas, o ENC pauta-se por uma avaliação em construção e as ações decorrentes são progressivamente aprimoradas e enriquecidas em vários aspectos.

a) Definição das diretrizes do ENC

Anualmente, para conduzir a realização do Exame, em cada uma das áreas de conhecimento previamente definidas pelo MEC, são traçadas diretrizes orientadoras por Comissões nomeadas pelo Ministro da Educação. Tais Comissões são constituídas por professores que possuem larga experiência no ensino de graduação, indicados por conselhos profissionais, associações de ensino e associações científicas de cada área, além do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da SESu/MEC. Por tratar-se de um exame nacional, fazem parte das Comissões representantes das diferentes regiões brasileiras e dos diversos tipos de IES.

Essas Comissões têm participação importante na construção do sistema de avaliação do ENC. Sua atribuição é definir a abrangência, objetivos, diretrizes e outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos a serem aplicados no ENC; proceder a uma avaliação do ENC, com o objetivo de aprimoramento do processo; e estabelecer procedimentos e orientar o processo de avaliação *in loco* das Condições de Ensino. Mais especificamente, cabe ainda às Comissões de Curso estabelecer com precisão as características que a prova a ser aplicada deverá apresentar e repassá-las aos representantes da Instituição contratada para que as provas espelhem a proposta do Exame.

As diretrizes orientadoras de cada área para o Exame são definidas a partir de intensas discussões, pelas Comissões de Avaliação de Cursos, e são objeto de atualização e aprimoramento a cada edição do Exame.

Dado o caráter nacional do Exame, a Daes/Inep solicita aos Coordenadores de Cursos os projetos pedagógicos dos cursos a serem avaliados e os coloca à disposição das Comissões de Avaliação de Cursos para subsidiar o estabelecimento das diretrizes do Exame. Além disso, organiza, para ser utilizada como instrumento de trabalho, uma síntese desses projetos pedagógicos, sistematizando seus objetivos, perfil esperado, currículo/experiências de aprendizagem desenvolvidas, bibliografia básica adotada, diversidades e congruências do ensino da área.

Além dos projetos pedagógicos e da sua síntese, as Comissões contam com o relatório dos seminários com os coordenadores e professores de curso, que contém sugestões e críticas a respeito das diretrizes do Exame.

A cada edição do ENC, as novas Comissões – reconstituídas anualmente, mas mantida a maioria dos seus membros – revêem as diretrizes do ano anterior, visando ao seu aperfeiçoamento, a partir de reflexão e análise dos instrumentos e resultados, bem como das sugestões da Comissão anterior e da comunidade educativa.

A análise das diretrizes que orientam o Exame, assim estabelecidas, evidencia o que se espera dos graduandos, os perfis e as habilidades para as diferentes áreas.

b) Instrumentos

Os instrumentos utilizados no ENC são provas escritas e questionários. As provas são avaliadas anualmente por todos os envolvidos no processo, considerando as críticas e sugestões das Comissões de Avaliação de Cursos, de coordenadores, professores em geral e graduandos; e a análise técnica, visando à melhoria, à construção e à utilização de instrumentos com qualidade.

▪ Provas escritas

Basicamente, as provas são de dois tipos: mistas (compostas de duas partes: uma de questões de múltipla escolha e outra de questões discursivas) e provas totalmente constituídas de questões discursivas. A Comissão de Avaliação de cada curso decide sobre a adoção de um desses tipos de prova.

Seguindo as diretrizes do Exame, as recomendações das Comissões e as orientações do Manual para Elaboração de Provas do ENC, as provas são concebidas tendo como referência fundamental os fins, objetivos e conteúdos da educação; privilegiando questões que avaliem a construção e produção do conhecimento; predominantemente com ênfase, por exemplo, na capacidade de

análise crítica, aplicação de conhecimentos relevantes em situações novas, organização de idéias, proposição de soluções e formulação de conclusões; cuidando que reflitam os diversos currículos dos cursos avaliados; e evitando-se a abordagem de conhecimentos fatuais, de interesse secundário, ou habilidades cognitivas mais simples, relacionadas apenas à capacidade de memorização.

Para garantir a confiabilidade nesse instrumento, procede-se à análise técnica das provas e das questões – índices de confiabilidade, discriminação e facilidade – e o estudo da validade do instrumento, em relação aos examinandos que fizeram a prova, em cada área, respectivamente. Esses resultados são divulgados em relatórios distribuídos a todas as IES e cursos participantes da avaliação.

Ao longo do período de sete edições do Exame, houve um aprimoramento das provas, e a qualidade desse instrumento é resultante de avaliações sistemáticas desenvolvidas no processo de implantação e implementação do ENC.

- Questionário-pesquisa

Parte integrante do Exame, o questionário-pesquisa é aplicado aos alunos que participam do Exame para colher informações socioculturais a respeito do grupo de graduandos e suas expectativas, bem como caracterizar os cursos, a partir do ponto de vista de seus concluintes, quanto a recursos e instalações disponíveis, estrutura curricular e desempenho docente.

Como o questionário-pesquisa aborda informações relativas às variáveis de contexto e de processo, na perspectiva dos graduandos, seus resultados são interessantes, na medida em que possibilitam investigar hipóteses em relação à variável desempenho, estudar tendências a partir de uma série histórica, ou complementar informação em processos avaliativos no interior das – e pelas – instituições ou cursos avaliados.

Não é exagero dizer que os questionários-pesquisa proporcionaram ao INEP e aos pesquisadores interessados na formação universitária um conjunto de informações até então inexistentes.

- Questionário de impressões sobre a prova

O questionário de impressões sobre a prova é respondido pelos formandos, imediatamente após a realização da prova, e permite conhecer a opinião dos participantes a respeito do instrumento aplicado.

Os resultados desse questionário têm fornecido informações relevantes para o aperfeiçoamento das provas, no que tange à clareza e objetividade dos enunciados, adequação das informações fornecidas para a resolução das questões, adequação do tempo para a resolução da prova, e o nível de dificuldade e extensão da prova.

- Questionário de avaliação da prova

O questionário de avaliação da prova é colocado à disposição na página do Inep na Internet, após o Exame, aos coordenadores de curso, com acesso mediante senha, para que opinem quanto à qualidade e à adequação da prova aplicada em cada área.

Este questionário tem servido para a avaliação do instrumento e para o seu aperfeiçoamento em anos subseqüentes.

c) Seminários

Os seminários, realizados pelo Inep desde 1999, são concebidos e organizados com a participação das Comissões de Avaliação de Curso e visam, principalmente, à promoção de discussão em torno do conjunto de informações que o ENC proporciona, à socialização de experiências desenvolvidas pelos coordenadores de curso a partir dos resultados do Exame e ao esclarecimento do Sistema de Avaliação da Educação Superior.

Esses seminários têm o apoio e a parceria de conselhos profissionais, associações profissionais e de ensino e associações científicas das áreas, além da colaboração direta de universidades.

Com a participação de Coordenadores e Dirigentes de Curso, responsáveis pela gestão didático-pedagógica, e de professores, os seminários têm propiciado a discussão e a interpretação qualitativa dos resultados do ENC, provocando que sejam efetivamente utilizados pelas instituições para estimular a melhoria da qualidade do ensino dos cursos que oferecem.

A partir das discussões então desencadeadas, espera-se que os coordenadores, professores e dirigentes de cursos participantes possam mais plenamente conduzir, em suas instituições, os processos de renovação eventualmente necessários.

Os seminários têm sido uma boa estratégia para a participação dos coordenadores e professores com suas críticas e sugestões para o aprimoramento das diretrizes orientadoras do Exame, da sistemática do Exame, das provas e questionários, dos relatórios, enfim, do processo de avaliação em geral.

Além disso, os seminários têm favorecido o diálogo entre a Daes/Inep, que coordena o Exame, e os sujeitos do objeto da avaliação: as Comissões de Avaliação de Curso, que normatizam o Exame, e os responsáveis pela coordenação e condução dos cursos, como integrantes ativos do processo avaliativo. Observe-se que a plena compreensão do sistema e o acesso às informações e dados que o ENC proporciona são condições básicas para se firmar esse diálogo.

d) Aplicação das provas

Antes do dia do Exame os graduandos inscritos recebem, em suas residências, um material informativo e a *Revista do Provão*. Ambos os veículos visam a divulgar o ENC e a orientar os estudantes para a sua realização.

Para acompanhar e observar o desenvolvimento dos trabalhos de aplicação das provas, a Daes/Inep credencia como observadores externos os membros das Comissões de Avaliação de Curso e representantes da sociedade civil, indicados por conselhos profissionais, associações de ensino e associações profissionais, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do processo.

A cada ano procura-se melhorar a adequação das condições de aplicação, analisando os relatórios dos observadores externos, mantendo-se o que é apontado como satisfatório e corrigindo-se os aspectos considerados inadequados.

e) Correção das provas

As questões de múltipla escolha são corrigidas por meio de leitura óptica, depois de exaustivas verificações da Banca Elaboradora quanto à correção do gabarito, passando pela análise das Comissões de Avaliação de Cursos e pela análise preliminar de itens – índices de discriminação e índice de facilidade –, que,

eventualmente, podem esclarecer dúvidas levantadas, nessa fase, pela Comissão ou professores e graduandos.

No caso das questões discursivas procede-se, inicialmente, a correção de uma amostra significativa de provas, que tem o objetivo de pre-testar e dar maior precisão à chave de correção (resposta padrão e critério de atribuição de pontos).

Somente depois de discutida e aprovada a chave de correção das questões discursivas de cada prova, pela respectiva Comissão de Avaliação de Curso, é que se inicia a correção definitiva.

Nas duas fases de correção das questões discursivas, as provas são corrigidas adotando-se procedimentos que garantam o anonimato dos graduandos e instituições, inclusive a procedência geográfica das provas.

f) Critério de atribuição dos conceitos

Nas primeiras edições do ENC os resultados eram interpretados segundo ordenação dos desempenhos – média geral dos graduandos do curso – a partir da qual eram determinados cinco grupos, sendo prefixado o percentual de integrantes de cada um dos grupos, isto é, não se levando em conta a distribuição geral dos desempenhos dos cursos avaliados.

A partir de estudos sobre os resultados, e da análise das sugestões a respeito, o critério de atribuição dos conceitos aos cursos avaliados foi redefinido e passou a levar em conta a distribuição geral dos desempenhos dos cursos. A comparação passa a se dar a partir da posição relativa, em unidades de desvio-padrão, do desempenho de cada curso, tendo como referência a média da distribuição dos desempenhos dos cursos.

A sistemática adotada resultou em aprimoramento na forma de determinação dos grupos que não mais têm seu tamanho prefixado, mas são formados a partir dos resultados de cada avaliação específica e, conseqüentemente, contribuiu para melhor adequação na atribuição dos conceitos aos cursos.

g) Resultados

Processados os dados decorrentes da prova e dos demais instrumentos, os resultados são minuciosamente interpretados e divulgados. Tal divulgação se faz por meio do Relatório-Síntese, para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral; pelo Boletim do Graduando; e pela remessa às IES dos relatórios referentes aos seus respectivos cursos.

Relatório-Síntese

O Relatório-Síntese divulga amplamente os resultados gerais do ENC, com um volume abrangendo dados e resultados da avaliação e do levantamento feito pelo questionário-pesquisa de todas as áreas participantes. Volumes específicos, por área, complementam o relatório, com esses dados e resultados trabalhados mais detalhadamente, e apresentam ainda os resultados do questionário sobre impressões do graduando sobre a prova, da avaliação das provas pelos coordenadores, e da análise técnica das provas.

Boletim do Graduando

O Boletim do Graduando, individual e privativo, é enviado exclusivamente a cada graduando, no endereço informado quando de sua inscrição e apresenta os

dados relativos ao número de pontos alcançados na prova como um todo, bem como, separadamente, nas questões de múltipla escolha, quando há, e nas questões discursivas. Mostra, ainda, os dados médios de desempenho dos graduandos da sua instituição, da sua unidade federativa, da sua região e do País.

Relatório do Curso

Os relatórios para as IES, específicos por curso – Relatório do Curso –, são enviados para os reitores, pró-reitores, diretores e coordenadores de cursos. Cada relatório apresenta os seguintes dados relativos à própria instituição, ao conjunto das instituições pertencentes à mesma categoria administrativa e ao mesmo tipo de organização acadêmica, à unidade da federação, à região e ao País:

- Estatísticas gerais dos resultados do Exame;
- Percentual de graduandos da instituição distribuídos pelos grupos delimitados pelos quartis;
- Percentuais de respostas dos graduandos da instituição em cada uma das opções das questões de múltipla escolha, quando houver;
- Média dos pontos obtidos pelos graduandos da instituição em cada uma das questões discursivas;

O Relatório do Curso informa também os percentuais de respostas dos graduandos do curso em cada uma das opções apresentadas no questionário-pesquisa.

A apresentação de todos esses dados, acrescidos, quando a instituição já passou por avaliações anteriores, dos resultados então obtidos, visa a permitir que cada instituição disponha de elementos que possibilitem uma análise da série histórica aliada a outros indicadores relevantes daquela instituição.

A informação e a comunicação dos resultados não podem ser entendidas separadamente dos demais aspectos que compõem a avaliação, e entende-se que o uso dos resultados extrapola a concepção do modelo de avaliação, e que depende das posições e interesses políticos de quem os utiliza.

A Daes/Inep vem procurando tornar esses relatórios cada vez mais claros, acessíveis e abrangentes, com informações relevantes que possam ser úteis para os cursos avaliados.

Pretende-se que os resultados sirvam de subsídio não apenas ao constante aperfeiçoamento do próprio Exame, mas, principalmente, tem-se a expectativa de que sejam utilizados na melhoria do padrão de qualidade da educação superior brasileira, em geral, e de cada curso de graduação, em particular, visando ao atendimento das necessidades da sociedade, dentro de princípios democráticos e pluralistas.

É importante o conhecimento e a interpretação dos resultados apresentados no Relatório-Síntese e no Relatório de Curso, por conterem elementos de reflexão para a comunidade educativa, e, conseqüentemente, para ser possível o efeito pedagógico do ENC no ensino de graduação.

A propósito, vale registrar que, nos seminários, assiste-se e discute-se o relato de significativas e relevantes experiências de utilização concreta e efetiva dos resultados do ENC pelas instituições, no desenvolvimento dos projetos pedagógicos de seus cursos.

Embora os resultados apresentados sejam primordialmente de natureza quantitativa, devem ser entendidos como parte e não como o fim do processo de

avaliação, percebendo-se que neles existe o potencial para se extrair os aspectos qualitativos, com informações relevantes para decisões em direção à melhoria do ensino da graduação.

No que tange ao processo da interpretação e análise dos resultados do ENC, o sistema se estende para o interior das instituições e cursos, no sentido de dar prosseguimento à sua plena utilização e consecução de seus propósitos educacionais.

A partir dos resultados do ENC, as IES e cursos avaliados podem investigar hipóteses, enriquecer explicações, desenvolver estudos, como, por exemplo, a questão do valor agregado ao conhecimento e habilidades do aluno durante a sua permanência no curso; as possíveis relações entre o desempenho e os fatores associados, levantados por meio do questionário-pesquisa; análise de resultados em função de variáveis de contexto e de processo.

A respeito, cabe lembrar que, em virtude da riqueza de dados que o ENC proporciona, a partir de 1999, o Inep ofereceu aos pesquisadores, mestrandos e doutorandos a possibilidade de realizar estudos e outras investigações sistemáticas com os dados do ENC, para análises mais profundas que visem a enriquecer o sistema de avaliação e trazer contribuições para a melhoria do ensino de graduação. Em pouco tempo decorrido após essa iniciativa, o campo da avaliação educacional tem sido contemplado com produção significativa e relevante do conhecimento na área.

O ENC e a avaliação em geral têm sido objeto de estudos e de apresentação de trabalhos em eventos científicos, por parte de professores de diversas áreas do conhecimento, o que, anteriormente ao ENC, era mais restrito a pesquisadores da área de educação.

Após sete anos de realização do ENC pode-se afirmar que se, a princípio, houve, por parte de alguns setores, uma certa rejeição às propostas avaliativas no bojo das quais se insere o ENC – como acontece freqüentemente em relação a novas propostas – hoje elas são amplamente aceitas e valorizadas, o que foi alcançado graças ao reconhecimento de seu propósito de contribuir para o permanente aperfeiçoamento dos cursos de graduação do País.

Resultados 2002

A melhoria da qualidade dos cursos na opinião dos alunos

É visível, em todos os pontos do país, os investimentos que vêm sendo feitos nas instituições de educação superior visando à melhoria das condições de infraestrutura, das práticas docentes e da adequação curricular de seus cursos.

O questionário-pesquisa que os graduandos respondem (e 93,1% dos graduandos o respondeu no ENC/2002) é uma das fontes confiáveis para se comprovar essas melhorias.

A análise de alguns itens do questionário-pesquisa, na série histórica de 1997 a 2002, permite se verificar essa afirmação.

- Práticas docentes

Quando perguntados se os professores, aos iniciarem as aulas em cada disciplina, apresentavam plano de ensino, contendo objetivos, metodologia, critérios de avaliação, cronograma e bibliografia, os alunos têm se mostrado mais favoráveis a cada ano. Se em 1997 apenas 4,4% dos graduandos dos cursos de Medicina Veterinária diziam que todos seus professores apresentavam plano de ensino, em 2002 este número atinge 23%. No caso de Jornalismo (dados de 1998, ano de inclusão da área no ENC) esse percentual passa de 17,4% , em 1998, para 25,5%, em 2002.

Os dados da Tabela 1 mostram a variação ocorrida neste item.

**Tabela 1 – Apresentação, pelos docentes, de plano de ensino, contendo objetivos, metodologia, critérios de avaliação, cronograma e bibliografia?
(resposta: todos apresentam)**

Área	1997	1998	2002
Administração	25,4		29,8
Direito	13,2		16,5
Engenharia Civil	23,7		24,4
Engenharia Química	24,4		23,0
Medicina Veterinária	4,4		23,0
Odontologia	6,9		29,8
Matemática		26,2	21,7
Jornalismo		17,4	25,5
Letras		28,5	29,5
Engenharia Elétrica		32,1	22,4

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

- Professores com domínio atualizado das disciplinas ministradas

Foi perguntado aos graduandos se “seus professores têm demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas”. Em 1998, 69,5% dos graduandos de Medicina Veterinária diziam que todos ou a maior parte dos professores demonstravam. Em 2002, esse percentual passou para 81%. Em Jornalismo a mudança foi de 55,1%, 1998, para 72,2%, em 2002.

Tabela 2 – Domínio atualizado, pelos professores, das disciplinas ministradas (resposta: todos ou a maior parte dos professores demonstram)

Área	1998	2002
Administração	70,9	77,3
Direito	72,2	78,2
Engenharia Civil	76,4	83,8
Engenharia Química	69,1	75,2
Medicina Veterinária	69,5	81,0
Odontologia	85,4	91,8
Matemática	78,7	81,1
Jornalismo	55,1	72,2
Letras	77,3	82,4
Engenharia Elétrica	73,3	79,2

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

- Acesso a microcomputadores

Em 1997, 25,3% dos graduandos dos cursos de Administração disseram que suas instituições viabilizavam o acesso do aluno aos microcomputadores plenamente. Em 2002, o percentual dos alunos que deram essa resposta aumentou para 38,4%. Em Jornalismo os alunos que responderam a esse item, em 1998, eram 29,6. Em 2002, eram 42,7%.

Tabela 3 - Acesso dos alunos aos microcomputadores, conforme as necessidades do curso? (resposta: sim, plenamente)

Área	1997	1998	2002
Administração	25,3		38,4
Direito	11,6		34,4
Engenharia Civil	31,4		41,1
Engenharia Química	30,2		42,7
Medicina Veterinária	1,6		45,6
Odontologia	6,2		49,9
Matemática		27,1	27,2
Jornalismo		29,6	42,7
Letras		15,0	25,0
Engenharia Elétrica		44,0	41,9

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

- Bibliotecas informatizadas

Quando perguntados quanto as condições das bibliotecas, apenas 6,8% dos graduandos de Direito afirmaram, em 1998, que as bibliotecas de suas instituições dispunham de acesso informatizado às redes nacionais e internacionais de bibliotecas universitárias; em 2002 esse percentual aumentou para 12,3%. No caso de Matemática, esses números evoluíram de 7,6% para 13,5%.

Tabela 4 – Acesso informatiza à rede nacional e internacional de bibliotecas universitárias (resposta: dispõe de sistema informatizado)

Área	1998	2002
Administração	6,6	11,2
Direito	6,8	12,3
Engenharia Civil	10,5	15,2
Engenharia Química	23,1	24,7
Medicina Veterinária	38,2	31,7
Odontologia	42,0	41,1
Matemática	7,6	13,5
Jornalismo	8,9	12,1
Letras	9,6	15,8
Engenharia Elétrica	12,1	17,2

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

- Acervo bibliográfico atualizado

Pelas respostas dos alunos no questionário-pesquisa, verifica-se que as instituições estão investindo na atualização do acervo bibliográfico de suas bibliotecas. Em 1998, apenas 18,7% dos graduandos de Engenharia Civil diziam que o acervo de suas bibliotecas era atualizado; em 2002 esse percentual aumenta para 26,8%. Em Matemática esses percentuais passam de 25,9% em 1998 para 30,5% em 2002.

Tabela 5 – Como você avalia a atualização do acervo da biblioteca face às necessidades curriculares do seu curso (resposta: é atualizado)

Área	1998	2002
Administração	24,2	32,0
Direito	21,4	21,0
Engenharia Civil	18,7	26,8
Engenharia Química	19,1	26,9
Medicina Veterinária	19,4	23,2
Odontologia	33,5	39,3
Matemática	25,9	30,5
Jornalismo	13,0	25,2
Letras	22,1	27,9
Engenharia Elétrica	18,2	29,5

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

- Estágio

Em 1997, 20,1% dos graduandos dos cursos de Administração disseram que são oferecidos estágio com carga horária entre 300 e 399 horas, em 2002 esse percentual aumenta para 51,9%. Em Letras esses percentuais passam de 15,7% para 48,7%. Na área de Jornalismo, não existe a questão referente a estágio para 2002.

Tabela 6 – Qual a carga horária do estágio curricular supervisionado do seu curso (resposta: de 300 a 399 horas)

Área	1997	1998	2002
Administração	20,1		51,9
Direito	12,8		36,1
Engenharia Civil	8,8		21,3
Engenharia Química	12,5		31,5
Medicina Veterinária	23,8		36,9
Odontologia	11,6		18,0
Matemática		12,2	49,4
Jornalismo		1,9	-
Letras		15,7	48,7
Engenharia Elétrica		19,4	27,9

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Maior qualificação do corpo docente

A tabela seguinte mostra os dados sobre a qualificação do corpo docente das vinte e quatro áreas avaliadas pelo Exame Nacional de Cursos 2002. Verifica-se que em todas as áreas tem crescido o número de professores com título de mestrado ou doutorado. Destaca-se que, em 1996, 23,8% dos docentes da área de Direito tinham aqueles títulos. Em 2002 esse percentual aumentou para 65,8%. Em Engenharia Química, em 1997, eram 70% do total de docentes que tinha título de mestre ou doutor. Em 2002, esse percentual aumentou para 77,1%.

Tabela 7 – Total de docentes e percentual daqueles com pós-graduação *strito sensu* nos cursos que participaram do ENC de 1996 a 2002

Área	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout	Nº	mest + dout
Administração	5.838	32,7	11.120	33,8	13.210	38,3	15.757	42,3	15.420	44,4	17.956	47,4	19.019	50,7
Direito	6.002	23,8	9.145	28,1	9.788	31,7	11.251	34,6	12.353	37,1	13.603	39,3	13.866	40,6
Engenharia Civil	2.796	51,1	5.366	54,5	5.608	58,8	5.821	60,3	5.065	63,3	5.602	63,7	5.232	65,8
Engenharia Química	-	-	2.180	70,0	2.151	74,3	2.260	77,3	1.913	79,8	2.231	77,6	2.133	77,1
Medicina Veterinária	-	-	2.328	75,1	2.493	78,0	2.492	80,3	2.811	83,8	2.902	83,7	2.870	79,4
Odontologia	-	-	6.563	47,7	6.545	52,9	6.972	56,7	7.413	60,5	7.844	62,6	7.413	63,0
Matemática	-	-	-	-	5.503	51,4	6.347	53,8	4.897	59,2	5.823	60,6	5.730	59,9
Jornalismo	-	-	-	-	2.289	50,4	2.654	52,3	2.791	55,9	2.841	59,6	2.750	61,0
Letras	-	-	-	-	7.330	50,7	7.947	53,8	8.799	54,5	8.586	58,3	8.529	59,7
Engenharia Elétrica	-	-	-	-	4.303	66,5	4.577	68,0	4.467	71,5	4.737	70,6	5.067	67,1
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	3.746	68,0	5.880	66,1	3.740	70,5	3.502	67,9
Medicina	-	-	-	-	-	-	14.865	53,6	14.815	57,3	12.843	57,4	11.873	56,3
Economia	-	-	-	-	-	-	5.265	53,1	5.044	55,5	4.740	59,9	3.871	62,3
Física	-	-	-	-	-	-	-	-	2.289	83,4	2.215	81,6	2.070	72,4
Química	-	-	-	-	-	-	-	-	3.454	80,4	3.412	78,3	3.518	73,0
Biologia	-	-	-	-	-	-	-	-	9.618	65,6	7.558	73,4	7.426	71,8
Agronomia	-	-	-	-	-	-	-	-	4.033	81,3	3.460	83,0	3.315	81,1
Psicologia	-	-	-	-	-	-	-	-	5850	66,8	4949	68,7	4854	70,6
Farmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.329	72,5	4.698	70,5
Pedagogia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11401	56,3	11678	57,8
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.617	57,5
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.702	34,8
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.998	61,3
História	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.851	61,0

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Conceitos

Cabe aqui um breve registro. Desde o primeiro Exame, foi evitada a idéia de simplesmente apresentar as médias de cada um dos cursos, para que não fossem estimuladas as comparações individuais, mas, sim, evidenciada a diferença entre grupos de instituições. Desta forma, a opção por atribuir conceitos pareceu a mais adequada, separando-se os cursos em grupos homogêneos, de acordo com seus desempenhos. Até o ENC/2000, esses conceitos eram distribuídos em cinco faixas (A, B, C, D e E) e calculados a partir da posição relativa da média do curso (média aritmética das notas dos seus graduandos), de forma que os 12% melhores desempenhos recebiam conceito A, os 18% seguintes, conceito B, os 40% seguintes, conceitos C, os 18% seguintes, conceito D e os 12% restantes, conceito E.

Embora esse critério tenha se mostrado adequado para a discriminação de diferentes cursos, a DAES/INEP/MEC desenvolveu estudos, atendendo a sugestões da comunidade acadêmica, e decidiu que, após o quinto ENC, poderia ser aplicado um outro critério para a atribuição dos conceitos.

O novo critério parte também da média dos cursos (média aritmética das notas dos respectivos graduandos presentes e, após a Portaria nº 1.843/2000, graduandos que estejam realizando o Exame pela primeira vez), mas leva em consideração a média geral da área e o desvio padrão, que mede a dispersão das notas em torno da média. Isso possibilita registrar com maior nitidez tanto as distribuições simétricas quanto as assimétricas.

A partir do ENC/2001, portanto, os conceitos vêm sendo distribuídos segundo o desempenho do curso e a sua posição em relação aos demais cursos da área, de acordo com os critérios especificados a seguir.

Conceito	Critério
A	Média acima de 1 desvio padrão (inclusive) da média geral da área
B	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio padrão acima da média geral da área
C	Média entre 0,5 desvio padrão abaixo e 0,5 desvio padrão acima da média geral da área
D	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio padrão abaixo da média geral da área
E	Média abaixo de 1 desvio padrão

Ocorrem, eventualmente, casos de cursos com apenas um graduando presente ao Exame, cursos que inscreveram graduandos, mas nenhum compareceu, ou cursos a que, por algum problema operacional, não foi aplicado o Exame. A esses casos não é atribuído conceito, registrando-se apenas SC (sem conceito) na apresentação dos resultados.

No ENC/2002 foram atribuídos conceitos a 4.990 cursos. Quarenta e um cursos, por uma das razões acima, ficaram sem conceito (SC).

Avaliação destaca desempenho de sete carreiras

Na avaliação deste ano, dez áreas tiveram aproximadamente 30% dos seus cursos na faixa de conceitos A ou B. A área de Química teve o percentual mais elevado considerando os dois patamares mais elevado do Provão, 34,5% , deve-se também destacar a área de Medicina Veterinária com 33,6%. O mesmo foi alcançado por 31,5% dos cursos de Jornalismo.

Algumas áreas tiveram uma significativa concentração no conceito C, desempenho considerado mediano. É o caso de Psicologia, onde 64,4% dos seus cursos alcançaram esse nível e 54,9% dos cursos de Enfermagem alcançaram este patamar. Já em Química, esse índice foi de 28,3%.

A distribuição de conceitos em 2002 ficou da seguinte forma: 14,4% atingiram o patamar mais elevado, 12,9% alcançaram o segundo melhor nível, 42,0% chegaram à posição mediana da escala, 17,9% ficaram no quarto nível e 12,8% estão na última posição.

As áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Mecânica, História, Matemática e Química tiveram uma diferença superior a cinco pontos percentuais entre o patamar mais elevado da avaliação e o nível mais baixo de desempenho.

Em Psicologia, a diferença do percentual de cursos com desempenho A ou B e os que obtiveram conceito D ou E foi a mais elevada entre todas as áreas, chegando a 11,9 pontos: 23,7% contra 11,9%.

A maior concentração de cursos com D e E foi identificada na carreira de Engenharia Mecânica, com 39,7%. Na área de Química, 37,2% dos cursos foram classificados nestes patamares, mas também foi a área com o segundo maior percentual de conceitos A: 20,4%.

Tabela 8 – Número e percentuais dos conceitos por área e por faixa

Área	Número						Percentual				
	A	B	C	D	E	Total	A	B	C	D	E
Administração	82	72	258	122	79	613	13,4	11,7	42,1	19,9	12,9
Agronomia	15	7	30	9	12	73	20,5	9,6	41,1	12,3	16,4
Arquitetura e Urbanismo	17	11	41	18	9	96	17,7	11,5	42,7	18,8	9,4
Biologia	45	25	112	70	35	287	15,7	8,7	39,0	24,4	12,2
Ciências Contábeis	59	54	158	77	58	406	14,5	13,3	38,9	19,0	14,3
Direito	44	38	119	48	48	297	14,8	12,8	40,1	16,2	16,2
Economia	22	21	75	41	26	185	11,9	11,4	40,5	22,2	14,1
Enfermagem	12	30	79	11	12	144	8,3	20,8	54,9	7,6	8,3
Engenharia Civil	16	20	50	26	16	128	12,5	15,6	39,1	20,3	12,5
Engenharia Elétrica	18	10	31	22	14	95	18,9	10,5	32,6	23,2	14,7
Engenharia Mecânica	11	10	26	24	7	78	14,1	12,8	33,3	30,8	9,0
Engenharia Química	7	7	22	9	6	51	13,7	13,7	43,1	17,6	11,8
Farmácia	18	11	45	17	16	107	16,8	10,3	42,1	15,9	15,0
Física	10	14	33	14	10	81	12,3	17,3	40,7	17,3	12,3
História	50	28	123	45	35	281	17,8	10,0	43,8	16,0	12,5
Jornalismo	14	27	64	4	21	130	10,8	20,8	49,2	3,1	16,2
Letras	73	53	187	89	66	468	15,6	11,3	40,0	19,0	14,1
Matemática	49	23	163	83	30	348	14,1	6,6	46,8	23,9	8,6
Medicina	12	14	39	9	12	86	14,0	16,3	45,3	10,5	14,0
Medicina Veterinária	15	8	29	10	14	76	19,7	10,5	38,2	13,2	18,4
Odontologia	21	17	35	20	20	113	18,6	15,0	31,0	17,7	17,7
Pedagogia	73	107	260	90	68	598	12,2	17,9	43,5	15,1	11,4
Psicologia	13	19	87	7	9	135	9,6	14,1	64,4	5,2	6,7
Química	23	16	32	26	16	113	20,4	14,2	28,3	23,0	14,2

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Cursos

Número de cursos avaliados cresce 35,9%

O sétimo Exame Nacional de Cursos, realizado em 09 de junho de 2002, avaliou 5.031 cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

Registraram-se um aumento de 35,9 % em relação ao número de cursos avaliados em 2002 e de 716,7% em relação a 1996.

A área com o maior número de cursos avaliados foi Administração, com 614 cursos seguida por Pedagogia, com 606, e Letras, com 472. As áreas com menor número de cursos foram Engenharia Química e Agronomia, a primeira com 51 cursos e a segunda com 74.

Tabela 9 – Número de cursos participantes do ENC/96-97-98-99-00-01-02 e a variação anual, por área de graduação

Área	Número de cursos						Variação (%)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2002	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Administração	335	354	391	431	451	498	614	5,7	10,5	10,2	4,6	10,4	23,3
Direito	179	196	212	229	257	274	298	9,5	8,2	8,0	12,2	6,6	8,8
Engenharia Civil	102	106	110	112	118	125	128	3,9	3,8	1,8	5,4	5,9	2,4
Engenharia Química	-	44	47	48	50	51	51	-	6,8	2,1	4,2	2,0	0,0
Medicina Veterinária	-	37	39	43	50	59	76	-	5,4	10,3	16,3	18,0	28,8
Odontologia	-	85	86	87	93	104	113	-	1,2	1,2	6,9	11,8	8,7
Engenharia Elétrica	-	-	81	84	87	92	96	-	-	3,7	3,6	5,7	4,3
Jornalismo	-	-	84	92	97	113	131	-	-	9,5	5,4	16,5	15,9
Letras	-	-	369	382	406	432	472	-	-	3,5	6,3	6,4	9,3
Matemática	-	-	291	305	322	358	358	-	-	4,8	5,6	11,2	0,0
Economia	-	-	-	187	189	187	190	-	-	-	1,1	-1,1	1,6
Engenharia Mecânica	-	-	-	70	73	74	78	-	-	-	4,3	1,4	5,4
Medicina	-	-	-	81	81	83	87	-	-	-	0,0	2,5	4,8
Agronomia	-	-	-	-	70	73	74	-	-	-	-	4,3	1,4
Biologia	-	-	-	-	238	274	288	-	-	-	-	15,1	5,1
Física	-	-	-	-	80	83	82	-	-	-	-	3,8	-1,2
Psicologia	-	-	-	-	117	123	136	-	-	-	-	5,1	10,6
Química	-	-	-	-	109	113	116	-	-	-	-	3,7	2,7
Farmácia	-	-	-	-	-	86	108	-	-	-	-	-	25,6
Pedagogia	-	-	-	-	-	499	606	-	-	-	-	-	21,4
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	96	-	-	-	-	-	-
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	408	-	-	-	-	-	-
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	144	-	-	-	-	-	-
História	-	-	-	-	-	-	281	-	-	-	-	-	-
Total	616	822	1710	2.151	2.888	3.701	5.031	33,4	108,0	25,8	34,3	28,2	35,9

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

As instituições privadas têm maior número dos cursos avaliados

A Tabela 10 apresenta o número de cursos participantes, desde a sua primeira edição, por categoria administrativa. O maior contingente no ENC/2002 foi o de cursos mantidos por instituições privadas, com 3.106, correspondentes a 61,7 do total. Nessa categoria, destaca-se a área de Administração, com o maior número de cursos, 507. Engenharia Química, Física e Agronomia registram o menor número: 24 cada.

O menor contingente de cursos participantes é o mantido pelas instituições municipais (163), correspondentes a 3,2% do total. Entre as instituições municipais, a área de Administração, apresentou o maior número de cursos (22) e as de Engenharia Química, Física e Química, o menor (1). Não houve participação da área de Medicina Veterinária entre esses cursos.

As instituições federais participaram com 884 cursos, equivalentes a 17,6% do total. A área de Pedagogia teve o maior número de cursos nessa categoria, 72, seguida da área de Letras com 68 cursos. Engenharia Química, com 20, foi a área com menor número de cursos.

As instituições estaduais, com 878 cursos, corresponderam a 17,5% do total. O maior número desses cursos encontra-se na área de Pedagogia (141), enquanto Engenharia Química aparece com o menor número (6).

Tabela 10 – Número de cursos participante do ENC/96-97-98-99-00-01-02, por área e por categoria administrativa

(continua)

Área	Federal							Estadual						
	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02
Administração	36	38	40	39	41	42	45	32	32	36	39	44	38	40
Direito	35	36	37	39	41	41	41	13	14	15	20	29	22	27
Engenharia Civil	31	32	33	33	33	34	34	17	17	19	19	20	19	18
Engenharia Química	-	19	20	20	20	20	20	-	6	5	7	7	7	6
Medicina Veterinária	-	18	19	19	20	22	22	-	10	11	10	11	11	11
Odontologia	-	27	27	27	27	27	27	-	15	15	15	18	16	16
Engenharia Elétrica	-	-	29	29	29	29	30	-	-	11	11	12	12	13
Jornalismo	-	-	25	25	25	25	25	-	-	6	6	6	8	9
Letras	-	-	61	61	59	65	68	-	-	70	81	95	111	118
Matemática	-	-	59	59	57	67	63	-	-	52	56	70	98	104
Economia	-	-	-	34	34	34	34	-	-	-	23	24	24	24
Engenharia Mecânica	-	-	-	25	25	25	26	-	-	-	12	13	12	12
Medicina	-	-	-	33	33	33	33	-	-	-	13	14	13	14
Agronomia	-	-	-	-	28	29	29	-	-	-	-	18	17	17
Biologia	-	-	-	-	45	51	47	-	-	-	-	59	84	87
Física	-	-	-	-	33	35	38	-	-	-	-	21	24	19
Psicologia	-	-	-	-	23	25	25	-	-	-	-	10	9	9
Química	-	-	-	-	34	38	37	-	-	-	-	28	31	27
Farmácia	-	-	-	-	-	23	24	-	-	-	-	-	8	9
Pedagogia	-	-	-	-	-	66	72	-	-	-	-	-	105	141
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	6
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	37	-	-	-	-	-	-	35
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	-	29
História	-	-	-	-	-	-	49	-	-	-	-	-	-	87
Total	102	170	350	443	607	731	884	62	94	240	312	499	669	878

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

(continuação)

Área	Municipal							Privada						
	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02
Administração	29	31	24	39	56	24	22	238	253	291	314	310	394	507
Direito	12	14	13	18	26	12	10	119	132	147	152	161	199	220
Engenharia Civil	5	5	5	4	8	3	3	49	52	53	56	57	69	73
Engenharia Química	-	2	2	2	2	1	1	-	17	20	19	21	23	24
Medicina Veterinária	-	0	0	0	0	0	0	-	9	9	14	19	26	43
Odontologia	-	5	5	4	5	3	2	-	38	39	41	43	58	68
Engenharia Elétrica	-	-	3	2	4	2	2	-	-	38	42	42	49	51
Jornalismo	-	-	3	3	5	2	6	-	-	50	58	61	78	91
Letras	-	-	24	33	55	20	19	-	-	214	207	197	236	267
Matemática	-	-	21	29	46	16	15	-	-	159	161	149	177	176
Economia	-	-	-	15	18	8	7	-	-	-	115	113	121	125
Engenharia Mecânica	-	-	-	3	3	2	2	-	-	-	30	32	35	38
Medicina	-	-	-	3	5	3	3	-	-	-	32	29	34	37
Agronomia	-	-	-	-	8	4	4	-	-	-	-	16	23	24
Biologia	-	-	-	-	30	12	11	-	-	-	-	104	127	143
Física	-	-	-	-	4	1	1	-	-	-	-	22	23	24
Psicologia	-	-	-	-	8	3	2	-	-	-	-	76	86	100
Química	-	-	-	-	5	1	1	-	-	-	-	42	43	51
Farmácia	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	54	73
Pedagogia	-	-	-	-	-	22	18	-	-	-	-	-	306	375
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	65
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	324
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	77
História	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	130
Total	46	57	100	155	288	140	163	406	501	1.020	1.241	1.494	2.161	3.106

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

2.342 dos cursos avaliados estão na Região Sudeste

Os dados sobre o número dos cursos participantes desde o início do ENC, por área de graduação e por região geográfica, estão apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – Número de cursos participante do ENC/96-97-98-99-00-01-02, por área e por região

(continua)

Área	Norte						Nordeste						Sudeste								
	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02
Administração	13	13	15	16	18	18	21	37	38	40	45	48	57	75	171	180	205	225	234	259	318
Direito	11	13	14	19	19	19	20	25	26	26	27	31	32	34	83	90	97	104	126	135	147
Engenharia Civil	3	4	6	6	6	7	7	15	15	16	16	16	17	18	60	62	62	63	68	72	71
Engenharia Química	-	1	1	1	1	1	1	-	8	8	8	8	8	10	-	23	26	26	28	29	27
Medicina Veterinária	-	2	2	2	2	2	2	-	6	6	6	7	8	8	-	16	18	20	24	28	37
Odontologia	-	2	2	2	2	2	4	-	13	13	14	14	16	16	-	48	49	49	55	62	67
Engenharia Elétrica	-	-	3	3	3	3	3	-	-	8	9	9	9	11	-	-	52	53	56	60	59
Jornalismo	-	-	4	4	4	5	5	-	-	12	12	12	14	14	-	-	46	50	53	62	75
Letras	-	-	26	28	25	24	34	-	-	62	61	72	101	101	-	-	177	187	191	185	199
Matemática	-	-	22	21	18	21	34	-	-	45	46	51	86	78	-	-	143	150	155	156	149
Economia	-	-	-	7	7	7	8	-	-	-	28	28	29	33	-	-	-	89	89	88	84
Engenharia Mecânica	-	-	-	2	2	2	2	-	-	-	9	9	9	11	-	-	-	43	46	47	47
Medicina	-	-	-	4	4	4	4	-	-	-	13	13	13	13	-	-	-	44	44	45	48
Agronomia	-	-	-	-	5	6	6	-	-	-	-	14	14	14	-	-	-	-	23	24	26
Biologia	-	-	-	-	9	10	10	-	-	-	-	45	77	70	-	-	-	-	115	111	114
Física	-	-	-	-	3	4	4	-	-	-	-	20	24	24	-	-	-	-	35	33	33
Psicologia	-	-	-	-	4	5	5	-	-	-	-	16	17	18	-	-	-	-	66	69	76
Química	-	-	-	-	3	3	5	-	-	-	-	24	32	26	-	-	-	-	52	46	52
Farmácia	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	11	12	-	-	-	-	-	42	57
Pedagogia	-	-	-	-	-	33	52	-	-	-	-	-	93	113	-	-	-	-	-	217	239
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	51
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	191
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-	-	68
História	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	83	-	-	-	-	-	-	107
Total	27	35	95	115	135	179	271	77	106	236	294	437	667	872	314	419	875	1.103	1.460	1.770	2.342

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Tabela 11 – Número de cursos participante do ENC/96-97-98-99-00-01-02, por área e por região

(continuação)

Área	Sul							Centro-Oeste						
	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02
Administração	79	91	94	106	110	118	139	35	32	37	39	41	46	61
Direito	42	49	54	55	56	60	68	17	18	21	24	25	28	29
Engenharia Civil	18	19	19	20	21	22	25	6	6	7	7	7	7	7
Engenharia Química	-	12	12	13	13	13	13	-	0	0	0	0	0	0
Medicina Veterinária	-	10	10	11	12	14	20	-	3	3	4	5	7	9
Odontologia	-	16	16	16	16	17	19	-	6	6	6	6	7	7
Engenharia Elétrica	-	-	13	14	14	15	18	-	-	5	5	5	5	5
Jornalismo	-	-	16	20	21	24	27	-	-	6	6	7	8	10
Letras	-	-	64	64	74	76	83	-	-	40	42	44	46	55
Matemática	-	-	54	60	68	65	59	-	-	27	28	30	30	38
Economia	-	-	-	42	46	44	45	-	-	-	21	19	19	20
Engenharia Mecânica	-	-	-	15	15	15	17	-	-	-	1	1	1	1
Medicina	-	-	-	16	16	17	18	-	-	-	4	4	4	4
Agronomia	-	-	-	-	20	20	19	-	-	-	-	8	9	9
Biologia	-	-	-	-	41	47	58	-	-	-	-	28	29	36
Física	-	-	-	-	16	16	15	-	-	-	-	6	6	6
Psicologia	-	-	-	-	25	26	30	-	-	-	-	6	6	7
Química	-	-	-	-	23	24	26	-	-	-	-	7	8	7
Farmácia	-	-	-	-	-	24	28	-	-	-	-	-	6	8
Pedagogia	-	-	-	-	-	104	125	-	-	-	-	-	52	77
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	6
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	46
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	-	7
História	-	-	-	-	-	-	49	-	-	-	-	-	-	31
Total	139	197	352	452	607	761	1.060	58	65	152	187	249	324	486

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Observa-se que a maior concentração de cursos em todas as áreas de graduação, ocorreu na Região Sudeste, com 2.342, correspondentes a 46,6 do total nacional. A Região Norte, com 271 cursos, correspondentes a 5,4%, teve a menor participação.

Na Tabela 12, são apresentados os dados relativos ao número de cursos participantes do ENC/2002, por área e por unidade federada.

Tabela 12 – Número de cursos participantes do ENC/2002, por área e por unidade federada

UF	Administração	Agronomia	Arquitetura	Biologia	Ciências Contábeis	Direito	Economia	Enfermagem	Eng.Civil	Eng.Elétrica	Eng.Mecânica	Eng.Química	Farmácia	Física	História	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina	Med.Veterinária	Odontologia	Pedagogia	Psicologia	Química
AC	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	1	0	0	0	2	0	1
AM	4	1	1	1	3	3	2	1	3	2	1	0	1	1	1	2	1	1	1	0	1	1	2	1
AP	1	0	0		1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
PA	5	1	2	4	4	6	2	3	2	1	1	1	2	2	3	1	16	19	2	1	2	24	2	2
RO	6	1	0	2	6	4	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	6	3	0	0	1	10	1	0
RR	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1
TO	4	1	1	1	4	3	1	0	0	0	0	0	0	0	3	1	7	8	0	1	0	13	0	0
Norte	21	6	4	10	19	20	8	7	7	3	2	1	3	4	11	5	34	34	4	2	4	52	5	5
AL	5	1	1	2	4	2	2	2	2	1	0	1	1	2	5	1	4	3	2	0	1	5	2	2
BA	22	4	1	9	15	5	8	5	3	1	2	2	1	4	9	2	16	9	2	2	2	42	1	4
	7	1	1	7	6	4	3	5	2	2	2	1	2	2	6	1	7	7	1	1	2	12	2	3
MA	3	1	1	6	3	3	2	2	1	2	2		1	3	5	1	8	8	1	1	2	8	2	5
PB	6	1	1	2	4	5	3	3	2	1	2	1	2	3	7	2	8	5	2	1	2	6	3	3
PE	14	2	3	14	6	5	5	3	3	2	2	2	1	2	16	2	18	15	2	1	2	10	5	3
PI	7	2	1	25	5	5	3	3	1	0	0		1	2	25	1	26	22	1	1	1	9		2
RN	7	1	2	3	7	3	5	2	2	1	1	1	2	3	4	2	7	7	1	1	2	17	1	3
SE	4	1	1	2	2	2	2	1	2	1		2	1	3	6	2	7	2	1	0	2	4	2	1
Nordeste	75	14	12	70	52	34	33	26	18	11	11	10	12	24	83	14	101	78	13	8	16	113	18	26
ES	20	1	1	4	13	6	5	1	1	1	1	0	1	1	4	2	5	6	2	1	1	9	1	1
MG	51	9	11	28	35	38	15	13	14	12	10	3	13	10	37	12	55	42	10	6	14	56	13	14
RJ	60	2	8	23	38	34	18	16	14	13	11	7	6	6	17	17	35	26	15	9	13	45	16	10
SP	187	14	31	59	105	69	46	38	42	33	25	17	37	16	49	44	104	75	21	21	39	129	46	27
Sudeste	318	26	51	114	191	147	84	68	71	59	47	27	57	33	107	75	199	149	48	37	67	239	76	52
PR	50	7	7	19	33	20	21	13	8	7	5	3	14	4	16	9	29	21	6	9	9	33	7	9
RS	51	8	12	29	39	30	16	16	10	8	9	6	9	9	23	12	37	29	10	9	7	45	13	13
SC	38	4	4	10	28	18	8	7	7	3	3	4	5	2	10	6	17	9	2	2	3	47	10	4
Sul	139	19	23	58	100	68	45	36	25	18	17	13	28	15	49	27	83	59	18	20	19	125	30	26
DF	14	1	1	3	8	4	7	1	1	1	1	0	2	2	3	4	4	3	1	2	2	7	3	2
GO	15	5	1	10	9	10	5	2	3	1	0	0	2	2	15	1	19	12	1	3	2	37	1	3
MS	19	2	2	13	16	9	4	2	2	2	0	0	2	1	5	3	16	14	1	2	2	18	2	1
MT	13	1	2	10	13	6	4	2	1	1	0	0	2	1	8	2	16	9	1	2	1	15	1	1
Centro-Oeste	61	9	6	36	46	29	20	7	7	5	1	0	8	6	31	10	55	38	4	9	7	77	7	7
Brasil	614	74	96	288	408	298	190	144	128	96	78	51	108	82	281	131	472	358	87	76	113	606	136	116

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Dos 5.031 cursos avaliados, 3.234 (64,3%) são de universidades

Os dados sobre o número de cursos participantes do ENC/2002, por área e por organização acadêmica, estão apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – Número de cursos que participaram do ENC/2002, por área e por organização acadêmica

Área	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Fac, Escolas e Inst Superiores	Centro de Educação Tecnológico
Administração	237	68	58	248	3
Direito	201	30	22	45	0
Engenharia Civil	100	12	3	12	1
Engenharia Química	44	2	1	4	0
Medicina Veterinária	60	9	3	4	0
Odontologia	98	6	3	6	0
Matemática	246	28	22	60	2
Jornalismo	90	22	6	13	0
Letras	294	39	42	97	0
Engenharia Elétrica	71	7	2	12	4
Engenharia Mecânica	60	4	0	10	4
Medicina	65	2	2	18	0
Economia	108	22	16	44	0
Física	70	3	2	7	0
Química	97	5	3	11	0
Biologia	211	28	15	34	0
Agronomia	58	2	0	13	1
Psicologia	111	13	3	9	0
Farmácia	88	12	3	5	0
Pedagogia	366	51	57	132	0
Arquitetura	77	9	4	6	0
Ciências Contábeis	183	47	45	132	1
Enfermagem	110	12	6	16	0
História	189	16	19	57	0
Total	3.234	449	337	995	16

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

Observa-se que a maior concentração dos cursos que participaram do ENC/2002 são de universidades, 3.234 cursos, correspondentes a 64,3%. O menor contingente de cursos, 16, correspondentes a 0,3% do total, são oferecidos por centro de educação tecnológico.

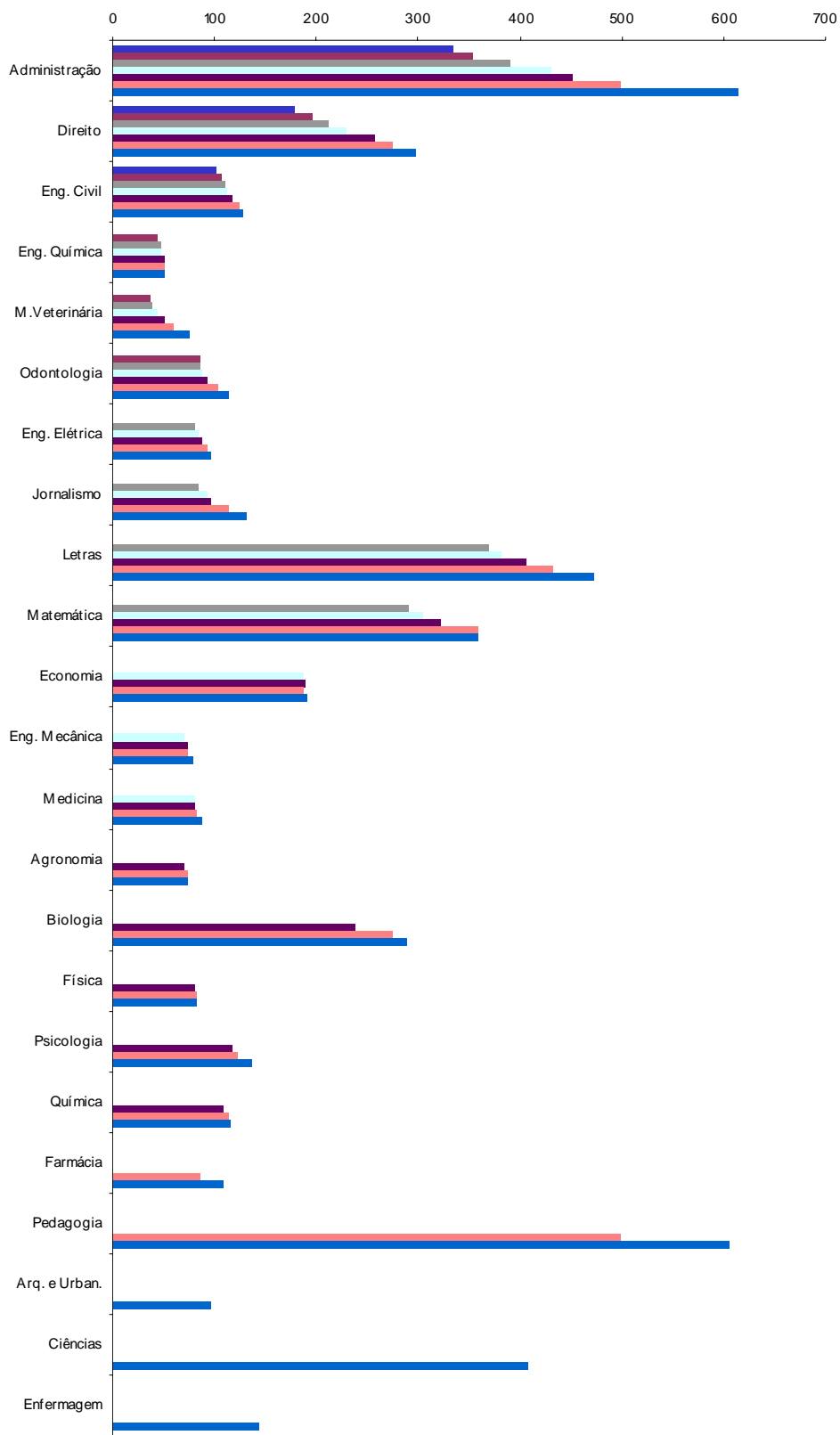


Figura 1 – Evolução do número de cursos

Participantes

Pedagogia maior número de alunos participantes

Os dados da Tabela 14 mostram que os maiores números de presentes ao ENC/2002 correram em Pedagogia 64.229, e Direito, com 59.823 comparecimentos.

A área que teve o menor contingente de presentes foi Engenharia Química, com 1.416.

Tabela 14 – Número de presentes ao ENC/96-97-98-99-00-01-02 e a variação anual, por área de graduação

Área	Número de presentes							Variação (%)					
	1996	1997	1998	1999	2000	2002	2002	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Administração	24.948	31.446	36.098	39.312	42.672	46.300	57.188	26,0	14,8	8,9	8,5	8,5	23,5
Direito	26.209	36.682	41.158	42.878	46.420	50.933	59.823	40,0	12,2	4,2	8,3	9,7	17,5
Eng. Civil	4.380	5.874	5.400	6.019	6.126	6.085	5.860	34,1	-8,1	11,5	1,8	-0,7	-3,7
Eng. Química	-	1.643	1.417	1.483	1.451	1.341	1.416	-	-13,8	4,7	-2,2	-7,6	5,6
Med. Veterinária	-	2.233	2.202	2.679	2.889	3.287	3.909	-	-1,4	21,7	7,8	13,8	18,9
Odontologia	-	7.698	7.488	8.087	8.071	9.138	9.226	-	-2,7	8,0	-0,2	13,2	1,0
Eng. Elétrica	-	-	4.271	4.351	4.374	4.478	5.007	-	-	1,9	0,5	2,4	11,8
Jornalismo	-	-	4.188	4.956	5.458	5.860	6.854	-	-	18,3	10,1	7,4	17,0
Letras	-	-	16.604	19.332	21.292	25.817	29.444	-	-	16,4	10,1	21,3	14,0
Matemática	-	-	7.997	10.102	10.869	12.101	13.829	-	-	26,3	7,6	11,3	14,3
Economia	-	-	-	9.397	8.650	8.012	8.446	-	-	-	-7,9	-7,4	5,4
Eng. Mecânica	-	-	-	3.629	3.216	3.129	3.236	-	-	-	-11,4	-2,7	3,4
Medicina	-	-	-	7.793	8.018	8.435	8.546	-	-	-	2,9	5,2	1,3
Agronomia	-	-	-	-	3.425	3.470	3.208	-	-	-	-	1,3	-7,6
Biologia	-	-	-	-	10.486	11.976	13.564	-	-	-	-	14,2	13,3
Física	-	-	-	-	1.573	1.660	1.730	-	-	-	-	5,5	4,2
Psicologia	-	-	-	-	9.537	9.677	10.597	-	-	-	-	1,5	9,5
Química	-	-	-	-	3.313	3.361	3.489	-	-	-	-	1,4	3,8
Farmácia	-	-	-	-	-	8.491	9.375	-	-	-	-	-	10,4
Pedagogia	-	-	-	-	-	47.870	64.229	-	-	-	-	-	34,2
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	6.353	-	-	-	-	-	-
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	22.694	-	-	-	-	-	-
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	9.182	-	-	-	-	-	-
História	-	-	-	-	-	-	13.133	-	-	-	-	-	-
Brasil	55.537	85.576	126.823	160.018	197.840	271.421	370.338	54,1	48,2	26,2	23,6	37,2	36,4

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

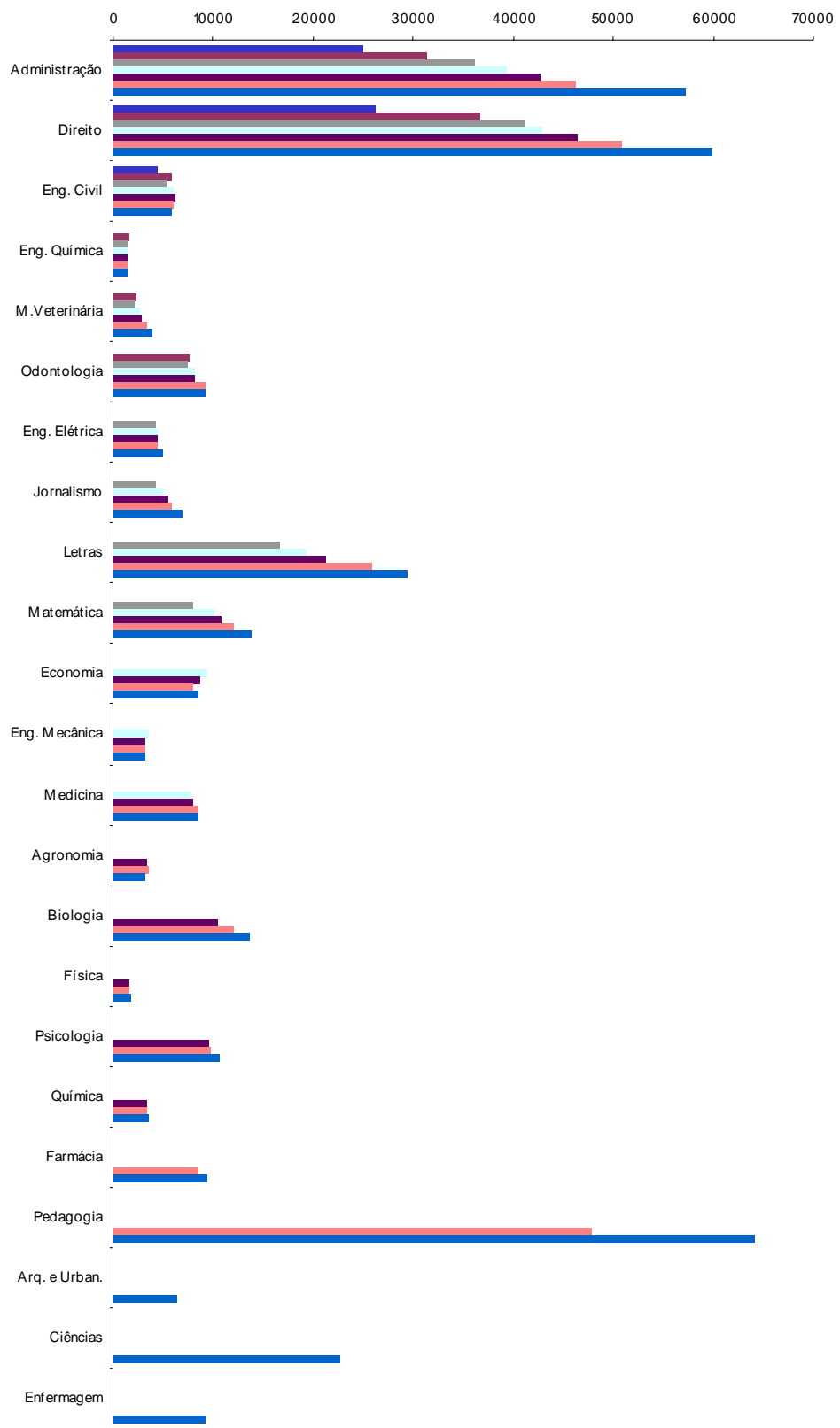


Figura 2 – Evolução do número de presentes.

245.513 graduando presentes são de instituições privadas

A Figura 3 traz o percentual de graduandos presentes, por área de graduação e por categoria administrativa.

O maior percentual de graduandos presentes provém de instituições privadas, com 67,9% da total de 361.561 graduandos presentes. Em seguida, vêm os oriundos de instituições federais (53.627, ou seja, 14,8% do total) e, com quantidade bem próxima, os das instituições estaduais (52.248, isto é, 14,5%). Os alunos provenientes das instituições municipais são 10.173.

Constata-se ainda que em 2002, o número de comparecimentos de graduandos de instituições privadas foi maior em todas as áreas, exceto em Engenharia Química, Agronomia e Física, onde predominaram as instituições federais. Todas as áreas das instituições municipais tiveram o menor número de participantes em relação às demais.

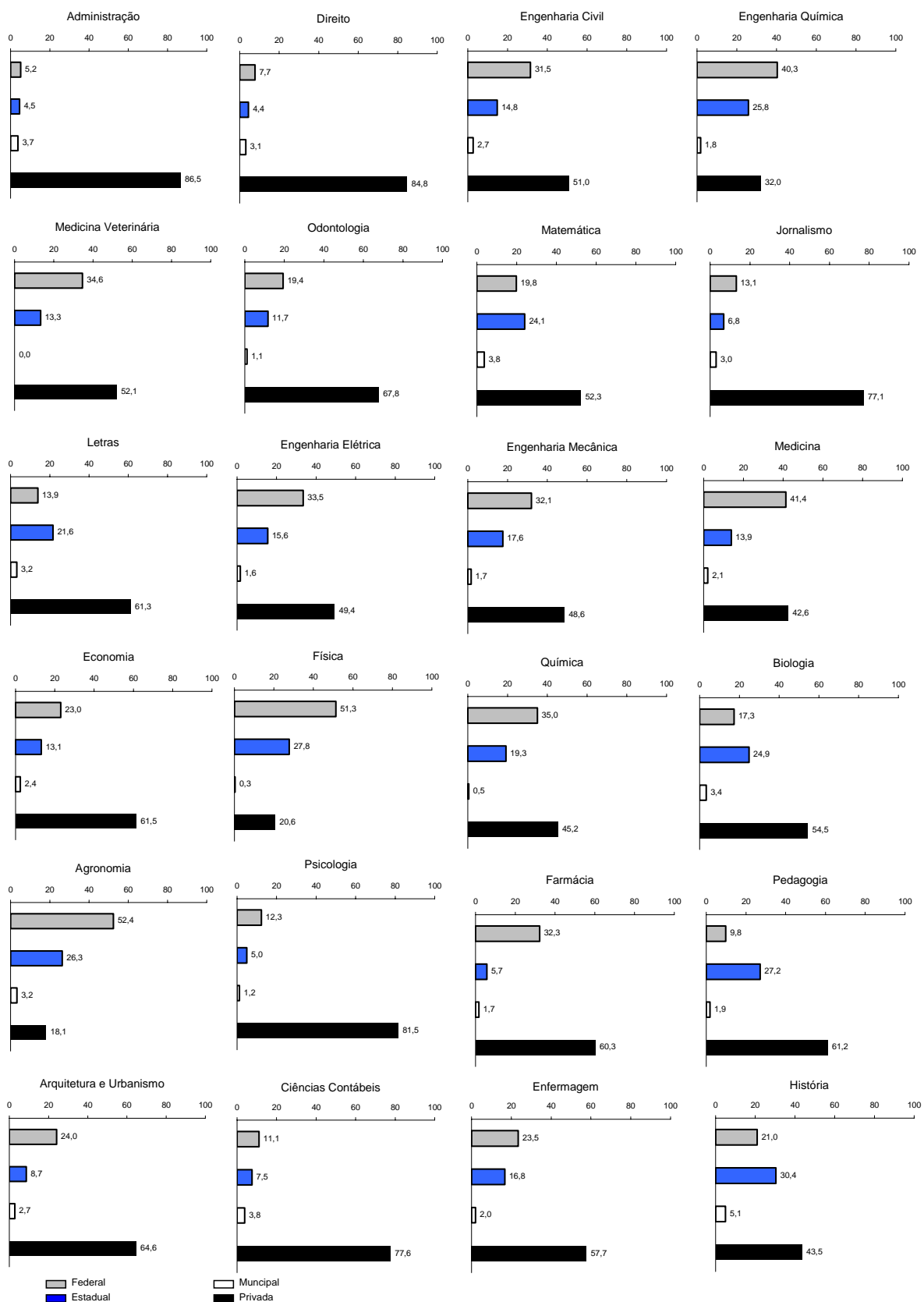


Figura 3 - Percentual de graduandos presentes ao ENC/2002, por área e por categoria administrativa

Universidades têm o maior número de alunos no ENC/2002

Em 2002, cerca de 65,4% dos 361.561 graduandos presentes ao Exame pertencem a universidades, percentual bem próximo ao ano passado. Nesse tipo de instituição, os maiores contingentes de graduandos pertencem às áreas de Pedagogia, Direito e Administração. O menor número de graduandos registrou-se na área de Engenharia Química.

O segundo maior grupo foi o estudantes de faculdades, escolas e institutos superiores, que compareceram com 61.519 graduandos, ou seja, 17% do total, sendo que Administração e Ciências Contábeis foram as áreas com maiores percentuais, 28,6% e 28,4%, respectivamente, enquanto Medicina Veterinária foi a área com o menor índice, 132 graduandos.

Procedentes de centros universitários participaram 38.456 graduandos, representando 10,6%. Neste grupo, as áreas com maior número de presenças foram Administração, Direito e Pedagogia. Vieram em seguidas os oriundos das faculdades integradas, representando 6,6%.

O menor contingente de graduandos presentes ao Exame vem dos centros de educação tecnológico, correspondentes a 0,4% do total. Nesta categoria somente tem representação em sete áreas.

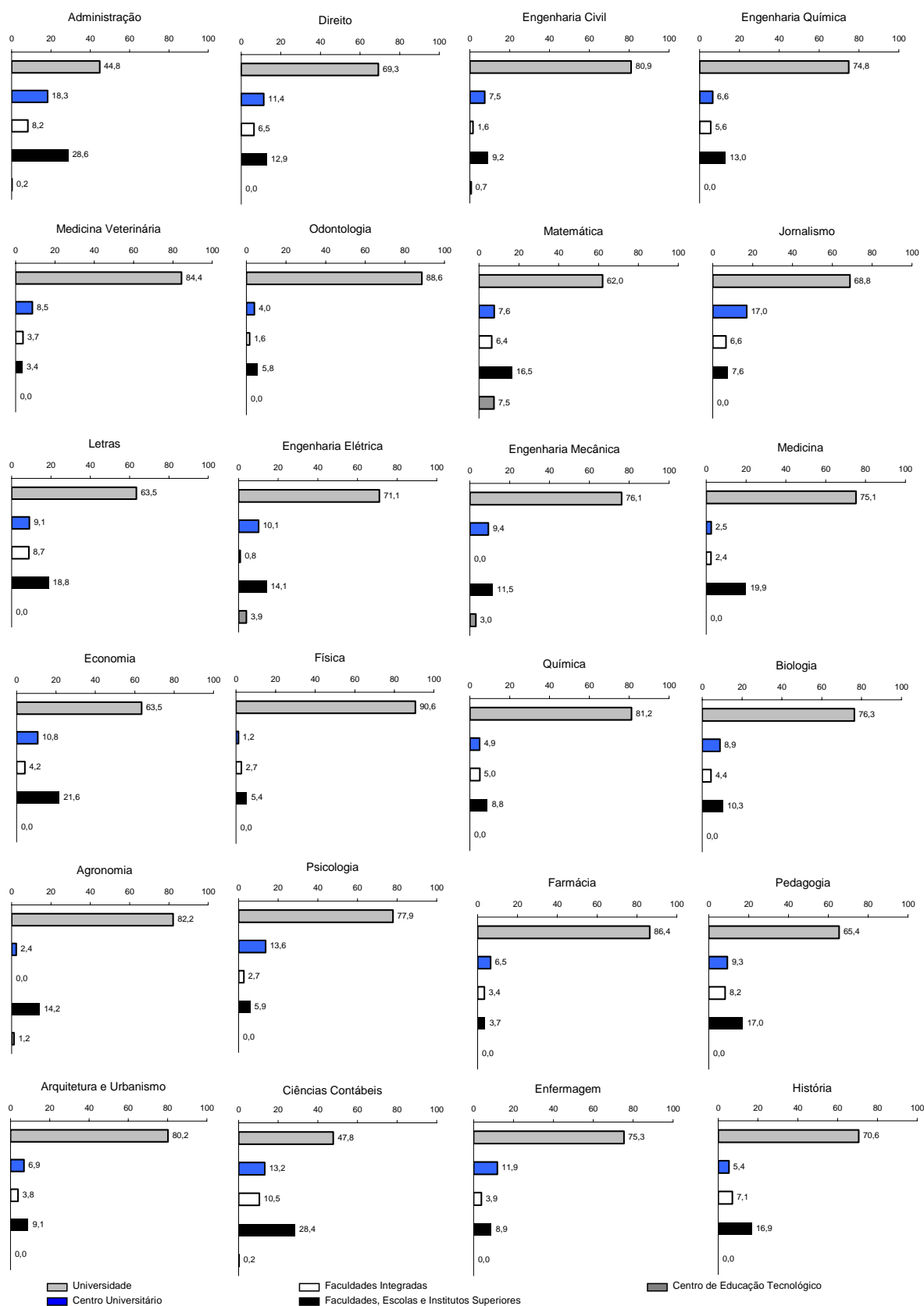


Figura 4 – Percentual de graduandos presentes ao ENC/2002, por área e por organização acadêmica

54% dos graduandos presentes ao ENC/2002 são da Região Sudeste

Considerando os totais em 2002, a região com maior número de participantes foi, tal como em todos os anos anteriores, a Sudeste, o que é perfeitamente compreensível, tendo em vista constituir a mais populosa região brasileira. Seus 195.283 graduandos corresponderam a 54% do total do país. O segundo maior contingente é o graduandos da Região Sul (64.805, ou seja, 17,9% do total), que, no entanto, não é a segunda região mais populosa e sim, a terceira. Verifica-se, pois, que nesse aspecto sua posição está invertida com a da Região Nordeste, esta, sim, a segunda maior população, mas a terceira em quantidade de graduandos(55.116 ou 15,2%). O mesmo fenômeno ocorrido entre as Regiões Sul e Nordeste se dá entre as Regiões Centro-Oeste e Norte, ou seja, a menos populosa é a quarta em número de graduandos(Centro-Oeste, com 32.136, o que representa quase 9% do total) e a quarta em tamanho da população é a de menor participação numérica no Exame: Região Norte, com 14.221, isto é, 3,9% do total.

Observa-se, ainda, que o maior número de presentes por curso foi encontrado na Região Sudeste, na área de Direito, e o menor na Região Norte, na área de Engenharia Química.

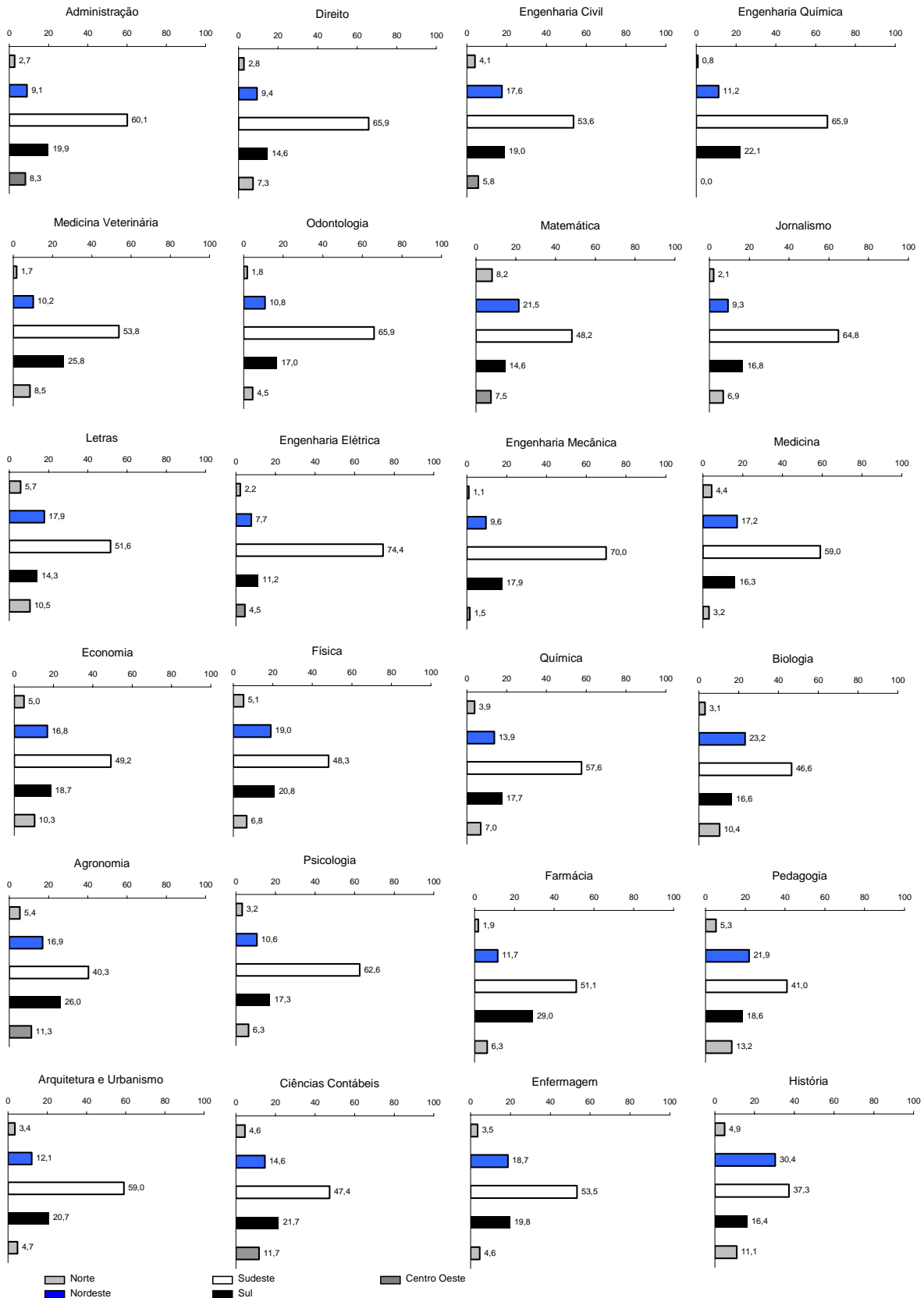


Figura 5 – Percentual de graduandos presentes ao ENC/2002, por área e por região

O número de mulheres que participaram do ENC/2002 continua crescendo e chega a 66%

Em 2002, predominaram entre os graduandos presentes aqueles do sexo feminino (66%). Percentuais superiores a 70%, indicativos da presença significativamente maior de mulheres, foram observados nas seguintes áreas: Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Letras e Biologia. Inversamente, estudantes do sexo masculino predominaram nos cursos de Engenharia Mecânica(95,5%), Engenharia Elétrica(89,6%), Engenharia Civil(74,7%), Física(72,5%) e Agronomia(70,8%).

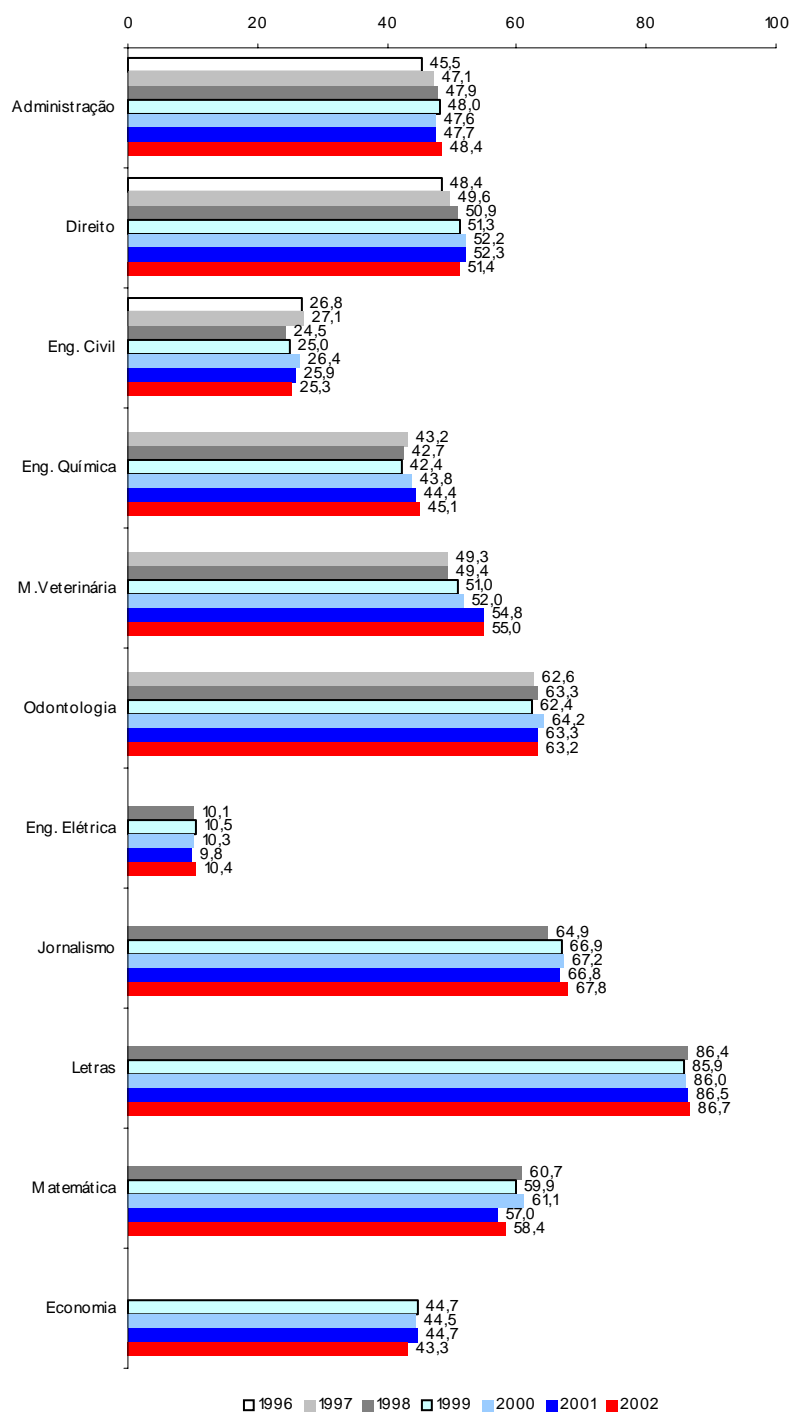


Figura 6 – Percentual de graduandos presentes, por área e por gênero

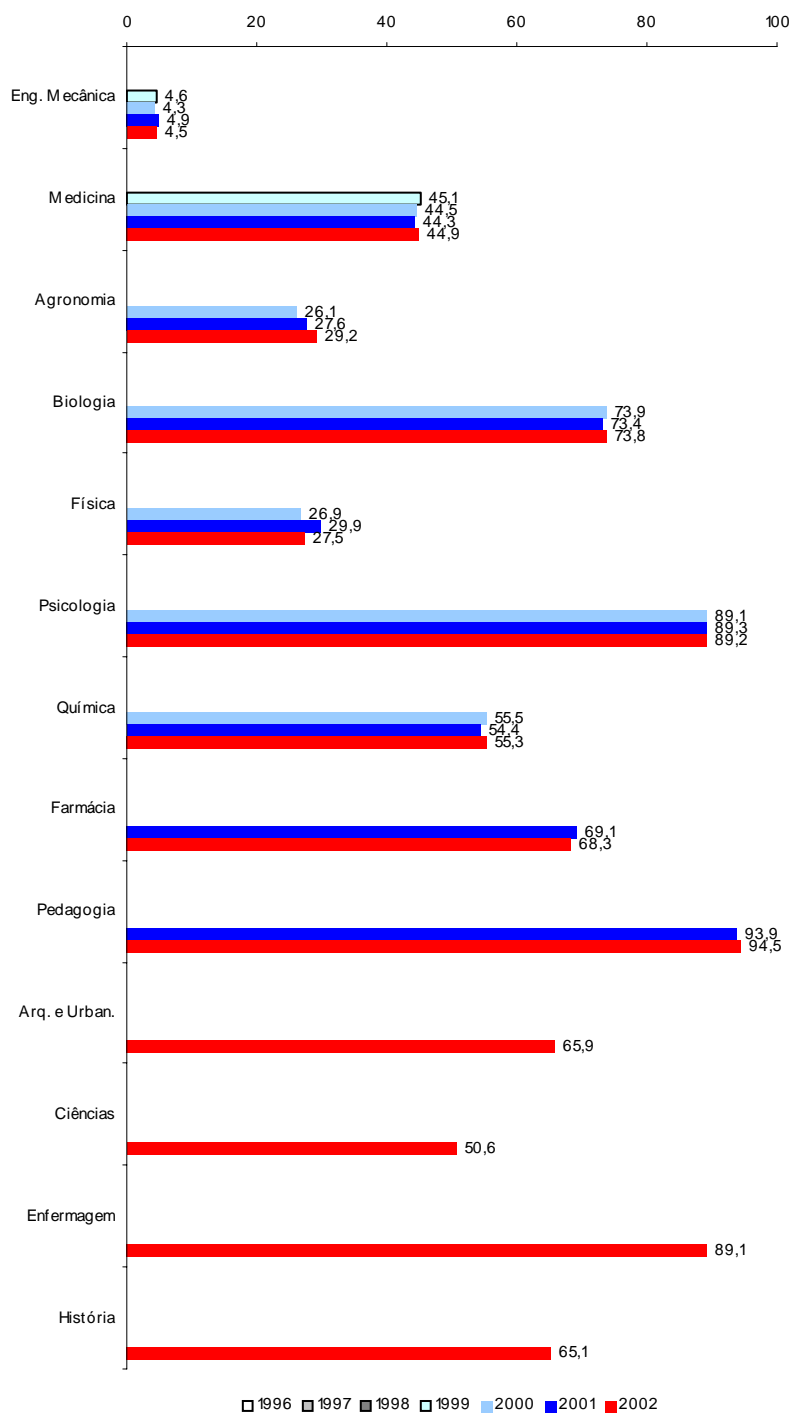


Figura 6 – Percentual de graduandos presentes, por área e por gênero

Aproximadamente 50% dos alunos concluem os cursos com até 24 anos

A Tabela 15 apresenta o percentual dos graduandos presentes ao ENC/2002, por área e por faixa etária, e também os dados dos anos anteriores, para análise das respectivas evoluções.

Entre os graduandos que participaram do ENC/2002, a faixa de até 24 anos é a que concentra maior percentual : 49,7% do total geral, observando-se, na faixa dos 30 a 34 anos, o menor número de estudantes (11,3%). Note-se, no entanto, que o percentual dos que informaram ter mais de 35 anos vem aumentando ano a ano.

Na faixa de até 24 anos, percentuais inferiores à média nacional são observados nos cursos de Pedagogia, História, Letras, Matemática, Ciências Contábeis e Economia.

Tabela 15 – Percentual de graduandos presente ao ENC/96-97-98-99-00-01-02, por área e por faixa etária

Área	Até 24							de 25 a 29							de 30 a 34							Mais de 35						
	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02	96	97	98	99	00	01	02
Administração	40,3	50,3	52,2	47,5	53,8	51,6	49,9	35,3	29,6	27,8	30,9	26,4	25,7	25,1	14,0	11,3	11,0	11,3	10,2	10,8	11,1	10,4	8,7	8,0	10,0	9,6	11,9	13,9
Direito	39,0	48,6	49,1	49,9	50,8	53,2	60,4	28,1	22,9	21,8	22,3	22,1	21,6	16,2	14,1	11,9	11,7	11,0	10,3	9,4	8,5	18,8	16,6	17,4	16,7	16,8	15,8	14,8
Engenharia Civil	41,9	52,6	56,6	49,3	57,8	59,6	58,0	40,1	34,3	32,1	38,3	32,0	30,0	30,9	11,2	7,7	6,4	7,2	6,0	6,1	6,1	6,8	5,5	5,0	5,1	4,1	4,3	5,0
Engenharia Química		65,0	64,9	54,6	65,7	66,8	62,6		28,3	37,9	39,0	28,3	28,7	31,0		5,0	4,9	4,7	4,2	2,7	4,0		1,7	2,3	1,7	1,8	1,8	2,3
Medicina Veterinária		62,8	65,6	68,7	65,3	68,1	77,9		30,7	28,1	26,3	28,4	26,7	17,2		4,7	4,9	3,5	4,2	3,4	3,1		1,8	1,4	1,5	2,1	1,7	1,8
Odontologia		80,0	81,1	81,8	81,4	82,2	88,5		16,3	15,5	15,5	15,5	14,7	8,6		2,7	2,3	1,8	1,8	1,9	1,7		1,1	1,0	1,0	1,2	1,2	1,3
Engenharia Elétrica			51,2	47,5	57,0	59,8	60,2			36,4	40,2	32,7	30,7	30,1			8,2	8,0	6,7	6,1	5,8			4,2	4,3	3,6	3,4	3,9
Jornalismo			66,6	63,0	69,1	69,0	71,4			20,8	24,9	19,8	18,8	17,3			6,9	6,9	5,9	6,2	5,5			5,7	5,1	5,3	6,0	5,8
Letras			40,2	38,6	38,2	36,3	41,3			28,0	26,5	25,6	24,2	21,4			15,1	15,1	15,8	16,1	15,4			16,7	19,8	20,4	23,4	21,9
Matemática			42,5	36,1	39,9	38,7	38,1			27,8	28,6	26,3	25,0	25,1			14,2	15,6	15,3	15,7	15,7			15,5	19,6	18,6	20,6	21,1
Engenharia Mecânica				43,1	53,5	56,3	54,2				42,9	36,2	33,9	34,1				10,1	7,4	5,9	7,7				4,0	2,8	3,9	4,1
Economia				34,6	42,2	42,6	43,8				40,0	35,2	34,1	31,0				14,8	12,3	11,9	13,0				10,5	10,3	11,4	12,1
Medicina				63,7	59,8	59,9	78,2				32,3	35,3	36,3	18,6				2,6	3,3	2,7	2,1				1,3	1,6	1,2	1,1
Agronomia					56,3	57,8	73,9					34,7	33,8	20,0					6,1	5,3	3,6					2,8	3,1	2,5
Biologia					52,1	53,5	61,0					25,0	22,9	17,7					10,7	10,4	9,2					12,2	13,2	12,2
Física					42,2	45,6	56,8					32,9	28,7	23,1					13,9	13,8	11,2					11,0	11,8	8,9
Psicologia					49,3	52,6	62,8					27,7	25,3	17,4					8,8	8,0	6,5					14,2	14,2	13,2
Química					42,8	45,8	50,5					35,5	29,0	28,9					11,6	13,0	11,6					9,9	12,2	9,0
Farmácia						73,7	81,3						19,6	12,1						3,9	3,4						2,8	3,3
Pedagogia						28,0	22,8						22,0	20,3						18,0	18,3						32,0	38,6
Arquitetura e Urbanismo							62,5							27,9							5,3							4,3
Ciências Contábeis							40,1							30,5							13,7							15,6
Enfermagem							64,9							17,7							8,3							9,1
História							36,1							22,3							15,5							26,1
Total	39,8	53,0	51,7	49,1	52,0	48,6	49,7	32,4	25,9	25,4	28,4	26,3	24,3	21,4	13,9	10,3	10,9	10,6	10,0	11,1	11,3	13,9	10,9	12,0	11,8	11,8	16,0	17,6

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2002

98,2% dos graduandos respondem às provas

Observa-se, em 2002, um baixo índice de provas em branco - 1,8% do total de presentes – e que em 11 das 24 áreas avaliadas esse índice é inferior a 1%. Percentuais inferiores a 0,5% foram observados nas áreas de Medicina Veterinária e Química(ambas com 0,2%) e nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Odontologia (com 0,1%) que registraram os menores percentuais.

Os mais altos percentuais foram de graduandos de Jornalismo, Física e História, com 16,2%, 10,5% e 8,6% do número de presentes de seus respectivos cursos. Destaque-se, no entanto, que, em relação aos dados de 2001, houve na área de Jornalismo uma sensível diminuição no percentual de provas em branco (menos 6,5%).

Nas áreas de Enfermagem e Arquitetura e Urbanismo os percentuais de provas em branco foram aproximadamente 5%.

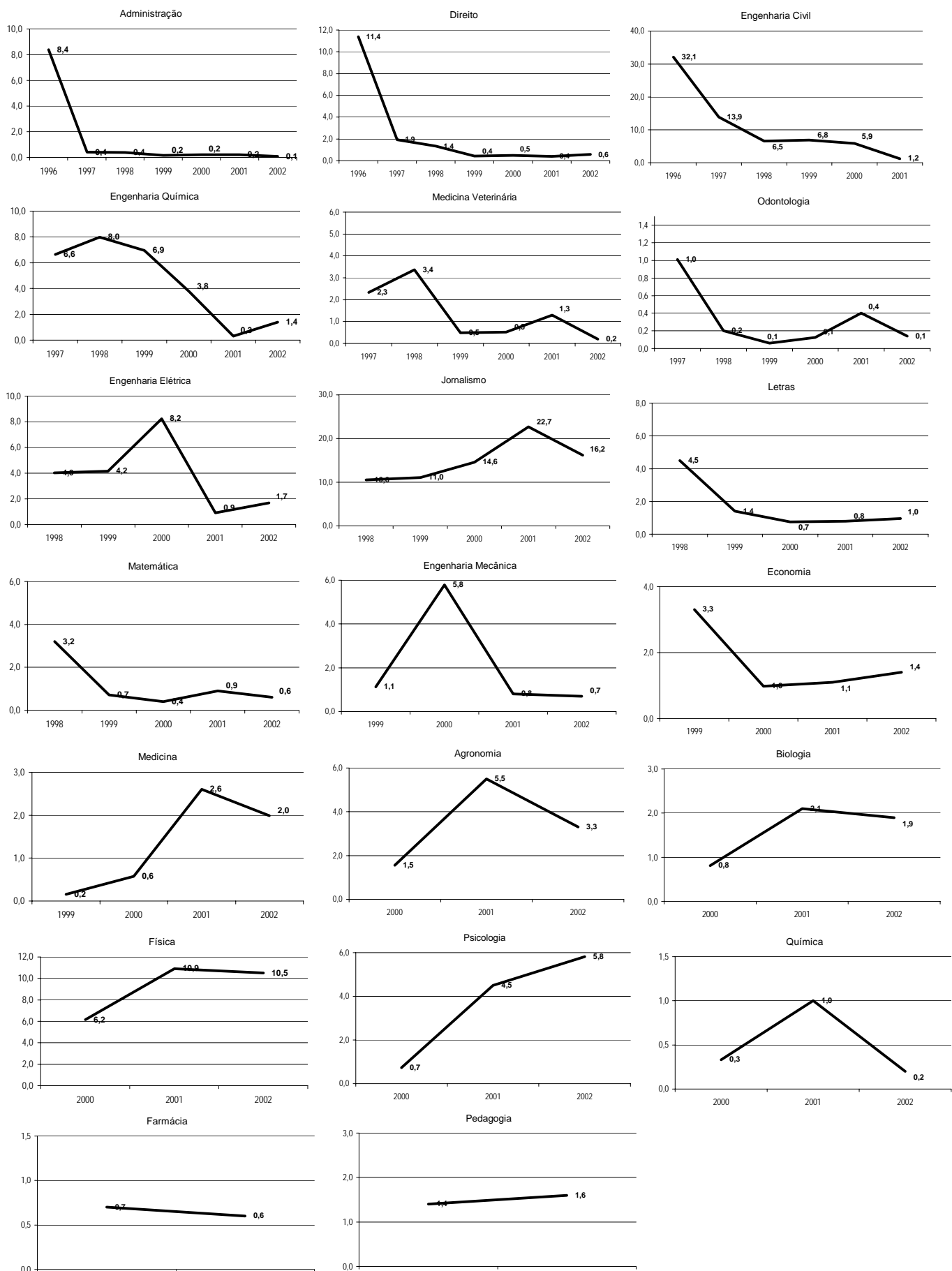


Figura 7 – Percentual de provas em branco, por área

Média geral e desvio-padrão

Nas tabelas seguintes são apresentadas as médias gerais de cada área, o correspondente desvio-padrão e os pontos de corte para a atribuição dos conceitos.

- **Administração**

Tabela 15 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
38,2	6,7	4,4	67,9

Tabela 16 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	82	13,4	acima de 44,9 (inclusive)
B	72	11,7	entre 44,9 e 41,6 (inclusive)
C	258	42,1	entre 41,6 e 34,9
D	122	19,9	entre 34,9 (inclusive) e 31,5
E	79	12,9	abaixo de 31,5 (inclusive)

- **Agronomia**

Tabela 17 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
42,8	8,1	18,4	60,8

Tabela 18 - Pontos de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	15	20,5	acima de 50,9 (inclusive)
B	7	9,6	entre 50,9 e 46,9 (inclusive)
C	30	41,1	entre 46,9 e 38,8
D	9	12,3	entre 38,8 (inclusive) e 34,7
E	12	16,4	abaixo de 34,7 (inclusive)

- **Arquitetura e Urbanismo**

Tabela 19 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
43,4	10,0	0,0	64,6

Tabela 20 - Pontos de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	17	17,7	acima de 53,4 (inclusive)
B	11	11,5	entre 53,4 e 48,4 (inclusive)
C	41	42,7	entre 48,4 e 38,4
D	18	18,8	entre 38,4 (inclusive) e 33,4
E	9	9,4	abaixo de 33,4 (inclusive)

- **Biologia**

Tabela 21 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
25,8	9,8	9,7	65,2

Tabela 22 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	45	15,7	acima de 35,6 (inclusive)
B	25	8,7	entre 35,6 e 30,7 (inclusive)
C	112	39,0	entre 30,7 e 20,9
D	70	24,4	entre 20,9 (inclusive) e 16,0
E	35	12,2	abaixo de 16,0 (inclusive)

- **Ciências Contábeis**

Tabela 23 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
31,3	4,7	20,3	51,7

Tabela 24 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	59	14,5	acima de 36,0 (inclusive)
B	54	13,3	entre 36,0 e 33,7 (inclusive)
C	158	38,9	entre 33,7 e 29,0
D	77	19,0	entre 29,0 (inclusive) e 26,6
E	58	14,3	abaixo de 26,6 (inclusive)

- **Direito**

Tabela 25 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
43,1	6,1	30,7	63,7

Tabela 26 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	44	14,8	acima de 49,2 (inclusive)
B	38	12,8	entre 49,2 e 46,2 (inclusive)
C	119	40,1	entre 46,2 e 40,1
D	48	16,2	entre 40,1 (inclusive) e 37,0
E	48	16,2	abaixo de 37,0 (inclusive)

- **Economia**

Tabela 27 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
28,5	7,2	15,4	56,2

Tabela 28 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	22	11,9	acima de 35,7 (inclusive)
B	21	11,4	entre 35,7 e 32,1 (inclusive)
C	75	40,5	entre 32,1 e 24,9

D	41	22,2	entre 24,9 (inclusive) e 21,3
E	26	14,1	abaixo de 21,3 (inclusive)

- **Enfermagem**

Tabela 29 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
47,8	10,9	0,0	66,7

Tabela 30 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	12	8,3	acima de 58,7 (inclusive)
B	30	20,8	entre 58,7 e 53,3 (inclusive)
C	79	54,9	entre 53,3 e 42,4
D	11	7,6	entre 42,4 (inclusive) e 36,9
E	12	8,3	abaixo de 36,9 (inclusive)

- **Engenharia Civil**

Tabela 31 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
24,8	8,9	8,6	55,4

Tabela 32 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	16	12,5	acima de 33,7 (inclusive)
B	20	15,6	entre 33,7 e 29,3 (inclusive)
C	50	39,1	entre 29,3 e 20,4
D	26	20,3	entre 20,4 (inclusive) e 15,9
E	16	12,5	abaixo de 15,9 (inclusive)

- **Engenharia Elétrica**

Tabela 33 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
31,6	10,7	8,3	63,8

Tabela 34 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	18	18,9	acima de 42,3 (inclusive)
B	10	10,5	entre 42,3 e 37,0 (inclusive)
C	31	32,6	entre 37,0 e 26,3
D	22	23,2	entre 23,6 (inclusive) e 20,9
E	14	14,7	abaixo de 20,9 (inclusive)

- Engenharia Mecânica

Tabela 35 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
21,5	10,0	3,8	57,4

Tabela 36 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	11	14,1	acima de 31,5 (inclusive)
B	10	12,8	entre 31,5 e 26,5 (inclusive)
C	26	33,3	entre 26,5 e 16,5
D	24	30,8	entre 16,5 (inclusive) e 11,5
E	7	9,0	abaixo de 11,5 (inclusive)

- Engenharia Química

Tabela 37 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
37,7	11,3	6,7	69,5

Tabela 38 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	7	13,7	acima de 49,0 (inclusive)
B	7	13,7	entre 49,0 e 43,4 (inclusive)
C	22	43,1	entre 43,4 e 32,1
D	9	17,6	entre 32,1 (inclusive) e 26,4
E	6	11,8	abaixo de 26,4 (inclusive)

- **Farmácia**

Tabela 39 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
36,4	7,4	3,4	52,4

Tabela 40 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	18	16,8	acima de 43,8 (inclusive)
B	11	10,3	entre 43,8 e 40,1 (inclusive)
C	45	42,1	entre 40,1 e 32,7
D	17	15,9	entre 32,7 (inclusive) e 29,0
E	16	15,0	abaixo de 29,0 (inclusive)

- **Física**

Tabela 41 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
26,0	8,8	0,0	53,7

Tabela 42 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	10	12,3	acima de 34,8 (inclusive)
B	14	17,3	entre 34,8 e 30,4 (inclusive)
C	33	40,7	entre 30,4 e 21,6

D	14	17,3	entre 21,6 (inclusive) e 17,2
E	10	12,3	abaixo de 17,2 (inclusive)

- **História**

Tabela 43 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
25,4	7,6	0,0	61,8

Tabela 44 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	50	17,8	acima de 33,0 (inclusive)
B	28	10,0	entre 33,0 e 29,2 (inclusive)
C	123	43,8	entre 29,2 e 21,6
D	45	16,0	entre 21,6 (inclusive) e 17,8
E	35	12,5	abaixo de 17,8 (inclusive)

- **Jornalismo**

Tabela 45 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
31,1	11,1	1,7	50,9

Tabela 46 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	14	10,8	acima de 42,1 (inclusive)
B	27	20,8	entre 42,1 e 36,6 (inclusive)
C	64	49,2	entre 36,6 e 25,6
D	4	3,1	entre 25,6 (inclusive) e 20,1
E	21	16,2	abaixo de 20,1 (inclusive)

- **Letras**

Tabela 47 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
-------------	---------------	--------------	--------------

27,1

5,7

4,1

47,2

Tabela 48 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	73	15,6	acima de 32,8 (inclusive)
B	53	11,3	entre 32,8 e 30,0 (inclusive)
C	187	40,0	entre 30,0 e 24,3
D	89	19,0	entre 24,3 (inclusive) e 21,4
E	66	14,1	abaixo de 21,4 (inclusive)

- **Matemática**

Tabela 49 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
26,0	8,7	2,0	67,1

Tabela 50- Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	49	14,1	acima de 34,7 (inclusive)
B	23	6,6	entre 34,7 e 30,4 (inclusive)
C	163	46,8	entre 30,4 e 21,7
D	83	23,9	entre 21,7 (inclusive) e 17,3
E	30	8,6	abaixo de 17,3 (inclusive)

- **Medicina**

Tabela 51 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
45,4	6,6	24,2	59,5

Tabela 52 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	12	14,0	acima de 52,0 (inclusive)
B	14	16,3	entre 52,0 e 48,7 (inclusive)
C	39	45,3	entre 48,7 e 42,1
D	9	10,5	entre 42,1 (inclusive) e 38,8
E	12	14,0	abaixo de 38,8 (inclusive)

- **Medicina Veterinária**

Tabela 53 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
46,6	6,1	34,7	62,0

Tabela 54 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	15	19,7	acima de 52,7 (inclusive)
B	8	10,5	entre 52,7 e 49,7 (inclusive)
C	29	38,2	entre 49,7 e 43,6
D	10	13,2	entre 43,6 (inclusive) e 40,5
E	14	18,4	abaixo de 40,5 (inclusive)

- **Odontologia**

Tabela 55 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
52,7	4,5	42,3	65,3

Tabela 56 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	21	18,6	acima de 57,2 (inclusive)
B	17	15,0	entre 57,2 e 55,0 (inclusive)
C	35	31,0	entre 55,0 e 50,5

D	20	17,7	entre 50,5 (inclusive) e 48,2
E	20	17,7	abaixo de 48,2 (inclusive)

- **Pedagogia**

Tabela 57 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
43,7	7,2	0,9	61,6

Tabela 58 - Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	73	12,2	acima de 50,9 (inclusive)
B	107	17,9	entre 50,9 e 47,3 (inclusive)
C	260	43,5	entre 47,3 e 40,1
D	90	15,1	entre 40,1 (inclusive) e 36,5
E	68	11,4	abaixo de 36,5 (inclusive)

- **Psicologia**

Tabela 59 - Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
33,2	7,9	0,0	50,0

Tabela 60- Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	13	9,6	acima de 41,1 (inclusive)
B	19	14,1	entre 41,1 e 37,2 (inclusive)
C	87	64,4	entre 37,2 e 29,3
D	7	5,2	entre 29,3 (inclusive) e 25,3
E	9	6,7	abaixo de 25,3 (inclusive)

- Química

Tabela 61- Média geral e desvio padrão por área

Média geral	Desvio padrão	Média mínima	Média máxima
36,7	7,9	18,4	61,2

Tabela 62- Ponto de corte para atribuição dos conceitos

Conceitos	Nº de cursos	% de cursos	Ponto de corte
A	23	20,4	acima de 44,6 (inclusive)
B	16	14,2	entre 44,6 e 40,7 (inclusive)
C	32	28,3	entre 40,7 e 32,8
D	26	23,0	entre 32,8 (inclusive) e 28,8
E	16	14,2	abaixo de 28,8 (inclusive)